

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC)
Edital ProEC nº 585/2019

Relatório Final

Observatório da Proteção dos Direitos Humanos

**Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos -
Monitoramento Legislativo**

Pesquisadora responsável pelo relatório:

Eduarda Ribeiro Monteiro

Coordenadoras:

Carla Osmo e Fernanda Emy Matsuda

2020

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Objetivos e percurso do trabalho	7
3. Escolhas metodológicas	11
3.1. A construção dos Bancos de Dados da Atividade Legislativa Federal fundamentada no(s) “<i>direito(s) humano(s)</i>”	13
4. Análises preliminares desenvolvidas a partir do Banco de Dados e seus resultados	17
4.1 Apresentação dos bancos de dados	17
4.1.1 Banco de Dados de Atividade Legislativa - CÂMARA DOS DEPUTADOS	18
4.1.2 Banco de Dados de Atividade Legislativa - SENADO FEDERAL	36
4.2 Análise qualitativa das propostas de emenda à constituição	49
5. Conclusões e possíveis caminhos para continuidade	53
6. Bibliografia	54
ANEXOS	56
ANEXO I - Ficha de Busca da Câmara dos Deputados	57
ANEXO II - Protocolo de Preenchimento do Banco de Dados da Câmara dos Deputados	60
ANEXO III - Ficha de Busca do Senado Federal	69
ANEXO IV - Protocolo de Preenchimento Banco de Dados - Senado Federal	71

1. Introdução

O presente relatório diz respeito à atividade desenvolvida no âmbito do Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que tem o objetivo de construir metodologias e estabelecer parcerias para a realização de rigorosa coleta e análise de dados relativos à promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil.

Composto atualmente por pesquisadoras e coordenadoras da área do Direito, Ciências Sociais e História, o Observatório também conta com a colaboração voluntária de alunos de diversos cursos de graduação da UNIFESP. As atividades desenvolvidas durante o período de fomento, entre janeiro e setembro de 2020, tiveram como foco o levantamento e análise de informações sobre o tratamento dado à temática dos direitos humanos pelo Estado brasileiro nos últimos anos, considerando a instabilidade política vivenciada no país.

São duas as principais linhas temáticas de atuação do Observatório ao longo de 2020. Na primeira, intitulada **“Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos”**, o Observatório buscou realizar tanto uma pesquisa relacionada aos riscos vividos por defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil, como uma investigação específica sobre a atividade legislativa na esfera federal, que utiliza a linguagem dos direitos humanos, a qual será melhor detalhada nos itens a seguir. Em sua segunda linha temática, **“Promoção dos direitos humanos e preservação da memória de graves violações”**, o Observatório se voltou a acompanhar as transformações promovidas no Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Ao longo da pesquisa foram realizados encontros de formação que serviram como base para uma compreensão técnica da linguagem dos direitos humanos. Por intermédio das leituras coletivas e dos debates promovidos se buscou compreender os conceitos e teorias, bem como a mobilização e usos práticos de tais direitos no Brasil.

Samuel Moyn (2010), em sua análise sobre a história dos direitos humanos, aponta a década de 1970 como momento crucial pois é neste momento

que os direitos humanos se tornam um movimento global: passam a ser uma linguagem utilizada universalmente para expressar a utopia de um mundo mais justo e humano. O movimento global de direitos humanos que se constituiu então estava baseado na concepção de que os espaços de lutas por direitos transcendem os Estados e que os Estados respondem internacionalmente pela forma como tratam os indivíduos.

Assim, a partir da década de 70, essas ideias organizaram a dissidência contra governos autoritários, na América Latina e nos Estados do bloco soviético. Os direitos humanos passam, portanto, a se tornar uma linguagem fundamental para as mobilizações sociais, para os ativismos por causas humanas e para a organização de políticas públicas referentes a um conjunto crescente de temas e causas, para além da proteção de indivíduos contra regimes autoritários.

Ao mesmo tempo, os documentos internacionais de direitos humanos e os órgãos internacionais de monitoramento das práticas dos Estados de direitos humanos ganhavam força e prestígio. As normas de direitos humanos passaram a ser vistas como um instrumento de mudança social e de construção de condições de vida mais dignas e respeitadas.

No Brasil, a Constituição de 1988, além de trazer um conjunto abrangente e diverso de direitos fundamentais, expressou o compromisso do Estado brasileiro com a internacionalização dos direitos humanos, especialmente ao trazer no seu artigo 5º, referente aos direitos fundamentais, a chamada cláusula de abertura aos tratados internacionais de direitos humanos (§ 2º), e ao estabelecer que o Brasil propugnaria pela criação de um tribunal internacional de direitos humanos (art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). A partir do começo da década de 1990, e especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso iniciado em 1995, o Brasil ratificou os principais tratados internacionais de direitos humanos. No sistema ONU, ratificou 16 dos 18 tratados de direitos humanos; no sistema interamericano, ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992 e aceitou se submeter à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998. Com isso, abriu as suas práticas à fiscalização internacional à luz da normativa de direitos humanos, e tornou possível que elas fossem objeto de denúncias por indivíduos e coletividades da sociedade civil e de condenação por entidades internacionais.

A possibilidade de denúncia internacional favorece uma “interpretação internacionalista dos direitos humanos” (Ramos, 2018), na medida em que as interpretações divergentes do direito internacional dos direitos humanos passam a poder ser questionadas perante os órgãos internacionais. Assim, o conjunto de valores institucionalizados nos sistemas internacionais como fundamentais, conectados a obrigações internacionais dos Estados, se tornaram referências importantes nas lutas direitos e na sua institucionalização em normas jurídicas.

Não há clareza, porém, em relação à forma como a linguagem dos direitos humanos está presente na atividade legislativa no Brasil, se ela é utilizada sempre adotando-se o direito internacional como referência, se há consensos ou disputas em torno do seu significado. Por este motivo, se observa a relevância da atividade de levantamento e análise desenvolvida no âmbito do Observatório.

No plano internacional, por exemplo, Jamil Chade, jornalista e correspondente internacional, apresenta a interpretação de que o atual governo dos Estados Unidos advoga uma redefinição do que sejam os direitos humanos, num processo que pode ter um impacto global. Segundo Chade, a Casa Branca costura um esforço inédito para colocar limites às novas reivindicações dos direitos humanos e realizar a maior revisão do termo desde a assinatura em 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, indica também de que o processo passou a ser acompanhado com grande interesse pelo Itamaraty e pelo Ministério dos Direitos Humanos.¹

Tendo tais ideias como base, a linha de pesquisa de **“Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos”**, em especial a investigação sobre a atividade legislativa na esfera federal, buscou reunir elementos para que seja possível analisar quais as propostas legislativas fundamentadas nos direitos humanos iniciadas durante as três últimas legislaturas e o primeiro ano da atual. O levantamento realizado permitirá futuro desenvolvimentos de pesquisas que analisem como as mudanças políticas no país impactaram a atividade legislativa em matéria de direitos humanos.

¹ Conforme narrado em “EUA discutem redefinir direitos humanos no mundo; Brasil vê processo “útil”. - UOL - Coluna - 18/02/2020 “<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/18/eua-redefinirao-direitos-humanos-e-brasil-envia-representante.htm>.<acesso em maio.2020>

Este relatório é composto por quatro seções, sendo elas: Objetivos e percurso do trabalho, em que são indicados os alvos e percursos do processo de exploração investigativa; Material e métodos, em que é feita a descrição dos dados, passos e metodologias empregadas para a criação dos Bancos de Dados de Atividade Legislativa Federal e das análises em profundidade de um recorte específico dos Bancos criados; Resultados, onde serão expostos os dados decorrentes dos métodos aplicados, e, por fim, o de Discussão e conclusões, em que são interpretados os resultados relacionando os debates teóricos sobre o assunto bem como sugestões de utilização dos resultados em estudos futuros.

2. Objetivos e percurso do trabalho

No plano de trabalho inicial as atividades desenvolvidas para a primeira linha de pesquisa estariam voltadas para o monitoramento da atividade legislativa referente à atuação da justiça criminal e à proteção aos direitos humanos. Neste sentido, foi estabelecido como foco central as propostas que buscassem modificar as garantias individuais perante o sistema de justiça e o processamento dos crimes cometidos em contexto de defesa de direitos humanos, bem como aquelas que visassem criminalizar as lutas sociais. Entretanto, em razão de achados durante a etapa exploratória da pesquisa, que serão explicitados nesta seção, passou-se a adotar como foco as propostas explicitamente fundamentadas nos direitos humanos.

Inicialmente, como forma de conhecer o campo, foram analisados relatórios produzidos por ONGs de direitos humanos que abordassem, sob qualquer aspecto, a produção legislativa do Congresso Nacional. A sistematização das ideias debatidas nos relatórios produzidos por instituições reconhecidas nacional e internacionalmente foi feita de modo que se permitisse identificar as principais abordagens, métodos e discussões para uma pesquisa sobre análise legislativa, como as apresentadas pelas organizações citadas.

Em sequência à análise dos relatórios das ONGs, foram elencadas expressões (aqui denominadas “palavras-chave”) de modo que pudessem ser feitas buscas preliminares nos bancos de dados oficiais para que se tornassem objeto de análise. Nestas buscas exploratórias iniciais, tendo em mente ainda o objetivo inicial, de observação da atuação da justiça criminal e à proteção aos direitos humanos,

foram eleitas as expressões “*violência*”, “*violação*” e “*direitos humanos*”, de modo que se pudesse mensurar a quantidade de proposições encontradas, dando um panorama sobre as amostras a serem possivelmente analisadas.

Este exploratório inicial foi feito no Banco de Dados da Câmara dos Deputados² com os seguintes critérios de busca: todos os projetos de lei (PL), projetos de emenda constitucional (PEC) e medidas provisórias (MPV), oferecidos no período da 55ª legislatura (01.Fev.2015 a 31.Jan.2019), que contivessem as palavras-chave escolhidas na ementa, na indexação ou no inteiro teor da proposta inicial. Para as três palavras inicialmente escolhidas e acima citadas foram encontrados, respectivamente: 1066 resultados, 495 resultados e 860 resultados.

Verificou-se que para a primeira palavra, “*violência*”, em apenas uma legislatura³, o universo de resultados obtidos era grande demais para ser trabalhado nos limites do período do fomento obtido pelo Observatório. Em razão do tamanho da amostra e o fato de que esta busca demandaria complemento de termos, visto que o objetivo inicial não seria alcançado apenas com a utilização de busca desta única palavra-chave, e ainda assim arriscaria-se a deixar de fora outros projetos que fossem da temática por nós procurada, mas não utilizasse esta expressão, optou-se por modificar a busca. Nesse mesmo sentido, para a palavra “*violação*”, apesar da quantidade de resultados encontrados ser em número viável para análise, enfrentaríamos o mesmo problema ao precisar de complemento de busca junto de outros termos, ampliando exponencialmente a quantidade de projetos a serem catalogados, inviabilizando também a continuidade da sua utilização. Para a expressão “*direitos humanos*”, por sua vez, foram encontrados 860 resultados, que abarcavam desde temáticas de segurança pública e direito penal à temáticas como saúde, educação, arte, cultura, esporte, tributação etc.

Em relação a tais achados preliminares foi debatido pelo grupo do Observatório qual seria o melhor caminho possível a seguir para que a construção de um Banco de Atividade Legislativa e uma análise preliminar ilustrativa dos dados

² Pesquisa Avançada para projetos de lei e outras proposições da Câmara dos Deputados <<https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>> Acesso em out.2020

³ Período de funcionamento do Poder Legislativo com duração de quatro anos, que vai da posse dos parlamentares, no dia 1º de fevereiro do ano seguinte à eleição parlamentar, até a posse dos eleitos na eleição subsequente.

contidos nele pudessem ser feitos dentro do prazo do fomento ao Observatório (8 meses). Dentre as expressões cogitadas, optou-se por consolidar a escolha pela(s) expressão(ões) “*direito(s) humano(s)*” porque, de um lado, seriam alcançados projetos pertinentes para a compreensão da atividade legislativa com impacto potencial sobre as lutas por direitos. E, de outro lado, o universo de todos os casos que usam a(s) expressão(ões) “*direito(s) humano(s)*”⁴ levariam a um banco pertinente para a análise de como essa linguagem é usada no processo legislativo brasileiro.

Portanto, a partir deste momento, ficou determinado que o trabalho assim seguiria, alterando a ideia inicial. Foi definido ainda que a busca seria realizada utilizando a(s) expressão(ões) nos sistemas da Câmara e do Senado Federal⁵. As atividades de pesquisa se voltaram à realização de dois principais produtos: um banco de dados, que organizasse os resultados das buscas de proposições legislativas, e uma análise preliminar desses resultados.

De início, acreditou-se que seria possível criar um banco único de dados da atividade legislativa que agruparia todas as proposituras de projetos de lei que utilizam a linguagem dos direitos humanos, mas em decorrência de incompatibilidades no tipo de informação disponível em cada banco, se optou por manter separados os bancos conforme fosse sua origem de busca nos sites oficiais. Assim, as propostas encontradas no sítio da Câmara dos Deputados, compõem o Banco de Dados da Câmara e as proposições encontradas no sítio do Senado, compõem o Banco de Dados do Senado, embora a estrutura dos dois bancos seja idêntica.⁶

⁴ Verificou-se que o resultado para as buscas pela palavra-chave “*direito humano*” (no singular) trazia novos resultados que a busca por “*direitos humanos*” (plural) não havia trazido, tendo sido incluída, portanto, a busca pela expressão também no singular.

⁵ Pesquisa de Avançada Matérias para projetos de lei e outras proposições do Senado Federal <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>> Acesso em out.2020.

⁶ Em decorrência do fato das formas de pesquisa e campos de informação fornecidos pelos sítios de busca das casas legislativas serem diversos, optou-se, em um primeiro momento, pela tentativa de compatibilizar informações para que pudesse ser criado um banco único, buscando criar variáveis que seriam preenchidas em um caso e não em outro, por exemplo. Entretanto, o fator decisivo para a escolha da criação de dois bancos de dados foi a identificação da possível ocorrência de duplicidade de propostas, vez que cada casa legislativa numera as proposições de forma independentemente da outra, por seguirem regras diversas. Sendo assim, caso se seguisse com a unificação das buscas, poderia ocorrer de a mesma proposição, ao ter sido encontrada nos sítios de busca das duas casas legislativas, ser catalogada em duplicidade, distorcendo os dados finais. Ou

Foi definido que, além de apresentarmos o banco como produto de nossas atividades, buscaríamos fazer cruzamentos e análises quantitativas preliminares dos dados encontrados, rendo em vista questões como:

1. O uso da linguagem dos direitos humanos é algo generalizado ou é restrito aos partidos mais progressistas? Quais partidos e autores mais utilizam as expressões buscadas?

2. Qual a quantidade de proposições ao longo dos anos? As propostas legislativas fundamentadas nos direitos humanos são constantes no tempo, ou ganham força em momentos específicos (ex. em governos de esquerda ou, ao contrário, como reação a governos de direita)?

3. As propostas legislativas fundamentadas nos direitos humanos têm sucesso? Qual seu índice de aprovação, de acordo com o Assunto do Projeto, e quanto tempo demoram a ser aprovadas?

Além disso, tivemos a pretensão de selecionar um recorte de dados para uma análise ilustrativa mais aprofundada, buscando compreender:

1. De que maneira a linguagem dos direitos humanos foi utilizada nos projetos? Qual o uso feito da expressão direitos humanos nestas propostas? Devendo considerar:

- a) se o projeto efetivamente se fundamenta nos direitos humanos;
- b) se foi feita referência a parâmetros internacionais de direitos humanos na proposta;
- c) se expressão é usada em projeto que configura contestação ou disputa de significados aceitos para os direitos humanos.

2. Os projetos fundamentados em DH servem sempre para ampliar direitos, ou às vezes eles usam a linguagem dos DH para restringir direitos importantes?

seja, apenas aparentemente poderiam duas proposições parecer diferentes, com ementas similares, mas em verdade terem sido originadas por um único ato de seu propositor.

Percebemos os resultados das análises poderiam servir para estimular uma reflexão sobre os usos da linguagem dos direitos humanos no processo legislativo brasileiro. Chegamos, de fato, a pistas interessantes sobre a atuação normativa das casas legislativas nesta temática.

3. Escolhas metodológicas

Como forma de conhecer o campo, como já apontado na seção anterior, foram analisados relatórios produzidos por ONGs como Anistia Internacional ⁷, Artigo 19 ⁸ e Instituto Sou da Paz ⁹ que abordassem, sob qualquer aspecto, a produção legislativa do Congresso Nacional. A sistematização das metodologias e resultados dos relatórios produzidos por instituições reconhecidas nacional e internacionalmente foi feita de modo que se permitisse identificar as principais abordagens, métodos e discussões para uma pesquisa sobre análise legislativa, como as apresentadas pelas organizações citadas.

Os relatórios analisados tinham como objetivos: levantar propostas de legislação aplicáveis a situações de protesto, como na produção da Anistia Internacional; identificar propostas legislativas para criação de novos crimes, bem como projetos de lei que cerceassem ou criminalizassem condutas que restringissem o direito ao protesto, garantissem o direito de manifestação e limitassem o uso da força; comparar projetos de lei nacionais e de outros países da América Latina relacionados ao direito ao esquecimento; analisar a falta de transparência das questões de segurança pública; discutir projetos de lei e padrões internacionais sobre bloqueio de aplicativos, ameaças à liberdade de expressão e privacidade em relação aos padrões internacionais de direitos humanos, como nas produções da Artigo 19; e, por fim, identificar dados gerais sobre produção

⁷ *"Eles usam uma estratégia de medo" - Proteção do direito ao protesto no Brasil*, produzido em 2014.

⁸ *"5 anos de junho de 2013 - restrições ao direito de protesto"*, produzido em 2018; *"Nas ruas, nas leis, nos tribunais - Violações ao direito de protesto no Brasil (2015-2016)"*, produzido em 2017; *"Direito ao esquecimento no Brasil - subsídios ao debate legislativo"*, produzido em 2017; *"Repressão às escuras - uma análise sobre a transparência em assunto de segurança pública e protestos"*, produzido em 2017; *"Bloqueio de sites e aplicativos no Brasil – Subsídios ao debate legislativo"*, produzido em 2017; e *"As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015"*, produzido em 2015.

⁹ *"O papel do legislativo na segurança pública - análise da atuação do congresso nacional em 2018"*, produzido em 2019.

legislativa de segurança pública e justiça criminal, como na produção do Instituto Sou da Paz.

Foi possível observar que nesses relatórios houve a recorrência de pesquisas **qualitativas**, capazes de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente, usam narrativas escritas, entrevistas, estudos de caso. São minoria aqueles que realizam algum tipo de análise **quantitativa**,. E ainda, em uma quantidade menor, aqueles que **combinam ambos os métodos** de análise a respeito da realidade legislativa brasileira. Dessa forma, percebemos que poderíamos oferecer uma contribuição relevante se investíssemos na montagem de um banco que desse base para o desenvolvimento tanto de análises quantitativas, quanto de análises qualitativas.

Em relação ao **recorte temporal** adotado, se entendeu adequado que as pesquisas fossem feitas de modo a levantar dados referentes a períodos legislativos completos, de modo que pudessem ser comparados entre si, em especial períodos nos quais diferentes correntes políticas ocuparam o poder executivo. Para isso, foram escolhidas a 53^a, 54^a 55^a e primeiro ano da 56^a legislatura, que abarcam o segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (01.02.2007 a 31.01.2011), primeiro governo de Dilma Rousseff (01.02.2011 a 31.01.2015), passando pelo momento do impeachment e pela condução ao cargo do Michel Temer (01.02.2015 a 31.01.2019), até alcançar o primeiro ano de Jair Bolsonaro no poder (01.02.2019 a 31.01.2020). O recorte temporal escolhido baseou-se no fato de que a multiplicidade de anos em análise favorece uma visão das proposituras ao longo do tempo, e não apenas um retrato de determinado período, permitindo comparar o início de pelo menos três legislaturas completas, já passadas, e o primeiro ano da atual.

Ademais, de modo que se pudesse compreender melhor os dados e informações encontradas nos sítios de busca do Congresso foram feitos dois pedidos de acesso à informação, um para a Câmara dos Deputados e outro para o Senado Federal. Nestes pedidos, foram solicitadas as quantidades dos mesmos tipos de proposição legislativa, que serão explicitados na próxima subseção, mas, sem o recorte das palavras-chave ou temática, ou seja, buscamos obter as quantidades de todas as propostas que tramitaram nas duas casas legislativas no mesmo período, bem como as quantidades das propostas que foram efetivamente convertidas em norma, para este mesmo recorte temporal. Esta informação nos

permitiu identificar se os projetos fundamentados nos direitos humanos são mais ou menos aprovados que a quantidade geral das proposições que tramitaram no congresso, no mesmo período.

3.1. A construção dos Bancos de Dados da Atividade Legislativa Federal fundamentada no(s) “direito(s) humano(s)”

Nas duas Casas, foi adotada a busca por palavras-chave nos bancos de dados oficiais do legislativo. Para o caso específico do Senado Federal, além de pesquisa por palavras-chave, também foi possível fazer uma busca por tema. Dentre as opções fornecidas, foi selecionada a opção “*Direitos humanos e minorias*”, acrescentando aos resultados do Senado além das proposições que contém expressamente as palavras-chave selecionadas, as catalogadas pelo sistema como pertencentes a este temática.

Para a coleta das proposições legislativas apresentadas pelos parlamentares das duas casas legislativas foram escolhidos os projetos nas seguintes modalidades: Projetos de Lei (PL/PLS/PLC/PLV/PLN)¹⁰, destinados a regular matéria inserida na competência normativa da União, sendo uma das atribuições essenciais do Congresso Nacional; Projetos de Lei Complementar (PLC), proposição destinada a regulamentar normas da Constituição; Medidas Provisórias (MPV), ato normativo exclusivo do Presidente da República, com peso de lei, que pode ser adotado em caso de urgência e relevância, dependendo de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei; os projetos de decreto legislativo (PDL, DL, PDS, PDC), que podem sustar atos do Poder Executivo; as Propostas de Emenda à Constituição (PEC), proposição destinada a alterações no texto constitucional; e as emendas da Câmara dos Deputados a projetos de lei do Senado (ECD) e os substitutivos da Câmara a projetos de lei do Senado (SCD) que

¹⁰ Nos bancos de busca oficiais diferentes siglas são adotadas para o mesmo tipo de proposição. Entre elas, destacam-se as seguintes: PEC, Proposta de Emenda à Constituição; PLS, Projeto de Lei do Senado; PLC, Projeto de Lei da Câmara; PLN, Projeto de Lei do Congresso Nacional; PLV, Projeto de Lei de Conversão, para medidas provisórias que tem o conteúdo alterado pelo congresso; MPV ou MP, Medida Provisória; PDS, Projeto de Decreto Legislativo; ECD, Emenda da Câmara dos Deputados; eSCD, Substitutivo da Câmara dos Deputados. Houve, entretanto, ao longo da pesquisa a implementação no Congresso Nacional da unificação dos tipos legislativos e suas abreviações. Entretanto, tal uniformização e adoção ocorrerá apenas para os novos projetos, permanecendo os anteriores com as abreviações antes adotadas. Para mais informações sobre isso: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/simplificou/o-que-mudou>> e <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_374.html> acesso em out.2020.

complementam os projetos apresentados pela outra casa legislativa, que não a proponente.

Em sequência, foram listados quais tipos de dados poderiam ser coletados tanto automaticamente como manualmente para cada proposição encontrada tanto na Câmara como no Senado. Para a Câmara dos Deputados, em sua ferramenta de pesquisa avançada (<https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>), conforme os critérios de busca melhor detalhados no ANEXO I deste trabalho, foi possível obter uma planilha (.csv) com todos os resultados contendo: número e tipo da proposição, ementa, explicação da ementa, autor, unidade federativa, partido, situação e link de acesso à proposta. Para o Senado Federal, em sua ferramenta de pesquisa avançada (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>), conforme os critérios de busca melhor detalhados no ANEXO III deste trabalho, entretanto, não foi possível extrair automaticamente os resultados dos projetos encontrados, implicando na necessidade de coleta manual e individual das informações de cada projeto resultante das buscas feitas.

Inicialmente, as informações que tabulamos para todos os projetos encontrados foram: número e tipo da proposição, ementa, autor, unidade federativa, partido, situação e link de acesso à proposta, de modo que tanto os projetos encontrados no sítio da Câmara, como os do Senado, tivessem as mesmas informações catalogadas. Em sequência, foram elencadas informações que teriam valor para uma análise quantitativa e qualitativa, que poderiam responder aos objetivos de pesquisa e que permitiriam que os bancos fossem trabalhados posteriormente.

Por fim, ficou estabelecido que as variáveis que seriam coletadas para ambos os bancos de dados seriam: Número da Busca (vez que para cada casa legislativa foi preciso fazer mais de uma pesquisa), Descrição da Busca (indicando quais critérios haviam sido escolhidos para resultar cada proposta, p.ex. Palavrachave_PL_PLURAL_ATIVOS), Tipo de Proposição (com a sigla das proposições legislativas procuradas, p.ex. PEC), Número Proposição (com o dado fornecido pelo sistema de busca, p.ex. PEC 123/2007), Ano (com o ano que a proposta foi oferecida), Ementa (com o resumo do projeto, conforme indicado), Iniciativa (com a informação de onde cada projeto de fato foi originado, p.ex. Poder

Executivo para MPV), Autor (com o nome dos autores das propostas), Partido (com a sigla partidária dos propositores), Estado (com a unidade federativa do autor que propôs o projeto), Status/Situação Atual (com a situação do projeto no momento da coleta dos dados), Aprovado ou Não aprovado (devendo informar se, até aquele momento, o projeto havia de fato sido convertido em norma ou transformado em lei, com ou sem veto parcial), Natureza (com a possibilidade de ser material, processual, simbólica ou relativo à organização da administração pública), Tema (de acordo com a lista de temas possíveis fornecida pelo sistema do Senado), Indexação (com a lista de palavras fornecidas segundo os índices de classificação das casas), Data de Apresentação (com o dia que o projeto foi apresentado), Data da Última Tramitação (referente ao dia da última tramitação no momento da coleta), Intervalo - Primeira e Última tramitação (com a quantidade de tempo, em dias entre a data de apresentação e da última tramitação), Link de Acesso (com o link para acesso à proposta que se refere), se Houve uso da(s) palavra(s)-chave (DH ou DsHs) (devendo constar se sim ou se não), Onde estão localizadas as palavras chave (devendo indicar em que parte das informações foi encontrada a palavra-chave), Trecho que consta a(s) palavra(s)-chave (com o parágrafo que contém a palavra-chave) e Anotações diversas (com eventuais anotações individuais a serem utilizadas na análise qualitativa).

De modo que se estabelecesse uma rigorosa coleta de informação, cada variável acima descrita foi composta pelas condições e características melhor descritas no Anexo II, para a Câmara dos Deputados e no Anexo IV, para o Senado Federal.

De modo a aglutinar as informações e as catalogações dos projetos, foram selecionadas e subdivididas as variáveis em seis blocos de informações consideradas essenciais para análise dos projetos. São eles: BLOCO I - Identificação da busca; BLOCO II - Identificação da proposta; BLOCO III - Temática da proposta; BLOCO IV - Tempo; BLOCO V - Acesso as propostas; BLOCO VI - Localização e ocorrência das expressões. Foram catalogadas, portanto, necessariamente 22 variáveis (Blocos I a VII) para todos os projetos encontrados.

Ao longo da construção dos bancos, foram notadas algumas incompatibilidades e erros dos sistemas de coleta de informação dos sites das duas casas legislativas. Não foram poucas as vezes em que informações contidas

estavam completamente equivocadas, como por exemplo o preenchimento da informação partido no campo da unidade federativa. Os equívocos, entretanto, não ficam apenas em meras trocas de posição de informações. As respostas aos pedidos de acesso a informação feitos no Senado e na Câmara dos Deputados indicaram dados diversos, quando deveriam indicar, quando diversos, explicações detalhadas da coleta e apuração de dados. Ainda que exista um acordo para unificação, em que as proposições legislativas que precisam passar pela avaliação tanto dos senadores quanto dos deputados manterão o mesmo número quando se moverem de uma Casa para a outra, a prática em muito se distancia deste fato. O novo sistema se aplicará a todas as propostas apresentadas a partir de fevereiro de 2019, e os projetos já existentes não serão alterados, mantendo a pouca transparência e baixa legibilidade e confiança em números produzido.¹¹

As variáveis elencadas permitem que os bancos de dados sejam trabalhados tanto de modo quantitativo, como de modo qualitativo, para recortes específicos. Dado o fato de que foram listados os temas a que pertencem as propostas, é possível que se façam pesquisas para quaisquer das possibilidades temáticas elencadas, em relação à utilização da linguagem dos direitos humanos. A título de exemplo, para uma melhor compreensão de futuras possibilidades de análise utilizando os bancos de dados criados, é possível que se faça uma pesquisa que aborde os projetos de lei, que pertencem à temática do meio ambiente e utilizam da linguagem dos direitos humanos.

Os bancos de dados criados ao longo das atividades do Observatório são em si produtos muito relevantes, vez que as informações e dados tabelados não existem com o mesmo grau de catalogação que os aqui coletados ou relacionados. Dessa forma, o produto deste trabalho de pesquisa encontra valor na organização de informações consideradas importantes, dos projetos que utilizam da linguagem de direitos humanos, que não encontravam-se dispostas desse modo antes.

¹¹ Projetos terão numeração única no Congresso a partir de 2019” - Fonte: Agência Senado - 19/12/2018 - <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/19/projetos-terao-numeracao-unica-no-congresso-a-partir-de-2019>> acesso set.2020.

4. Análises preliminares desenvolvidas a partir do Banco de Dados e seus resultados

Os bancos produzidos, como apontado na seção anterior, geram inúmeras possibilidades de análise. Considerando os limites do período de fomento do Observatório, foi apenas possível realizar uma análise quantitativa preliminar e um estudo um pouco mais aprofundado de um universo mais restrito de propostas. Já que no momento em que foi feito o recorte não possuíamos ainda os resultados da análise quantitativa, optamos por estudar mais atentamente o universo das emendas constitucionais (PECs). A escolha se justificava pela evidente importância das emendas constitucionais, visto que são um instrumento que objetiva alterar o texto constitucional, demandando específico e significativo quórum deliberativo para sua aprovação.

A análise das PECs, diferentemente do que ocorreu no caso das outras proposições legislativas, envolveu a leitura integral do texto da proposta legislativa, de maneira a identificar o uso feito por ela da expressão “direito(s) humano(s)”. Baseando-se na observação direta dos conteúdos legislativos, se procurou identificar os assuntos tratados nas PECs, a forma como a expressão “direito(s) humano(s)” era utilizada, e os temas em que houve uma possível disputa em torno dos consensos internacionais de direitos humanos.

Para todo o universo de propostas catalogadas, se buscou organizar o conteúdo a ser analisado, codificando-os em unidades de registro, como melhor descritas nos ANEXOS II e IV, seguidos de uma categorização por agrupamento, para, ao final, permitir que fossem feitas generalizações analíticas, de modo indutivo.

A seguir apresentamos os resultados obtidos no levantamento e nessas análises preliminares.

4.1 Apresentação dos bancos de dados

A seguir exporemos alguns dos resultados que pudemos obter a partir dos dados organizados nos bancos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

É importante observar que os projetos coletados não dizem respeito apenas a projetos que foram efetivamente iniciados na casa legislativa que lhe nomeia, mas sim os que por ela tramitaram. Portanto, as subseções seguintes indicam os resultados encontrados em cada busca avançada da Câmara e do Senado, não necessariamente tendo sido nelas, exclusivamente, iniciado.

Para a coleta dos partidos autores das proposições, foi adotado para ambos os bancos o critério de indicar principalmente propostas que foram apresentadas por um único partido. Quando apresentadas por dois partidos, ambos se fizeram constar nas tabelas, para que as coligações pudessem ser notadas, mas quando proposto por 3 ou mais siglas, não foram individualizados os partidos, mas sim aglutinados em grupos de propostas com o mesmo número de coligações.

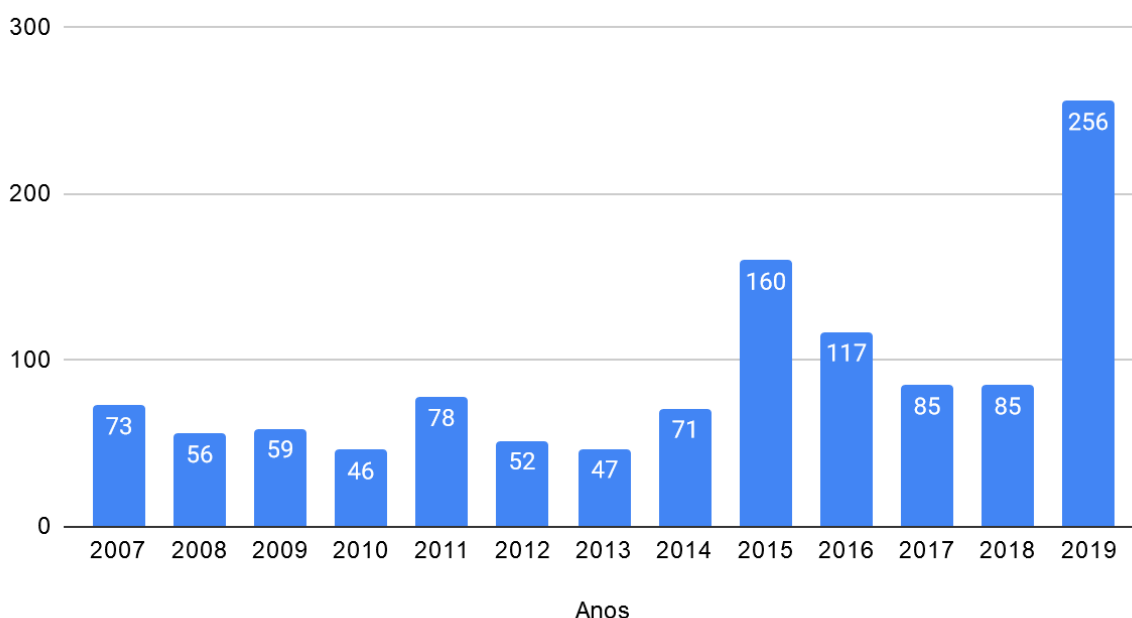
4.1.1 Banco de Dados de Atividade Legislativa - CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para o banco de dados da Câmara dos Deputados, foram coletadas informações de 1185 projetos legislativos. As quantidades de projetos encontrados e tabulados, conforme o ano de apresentação e legislatura ficaram assim dispostos:

<i>LEGISLATURA</i>	<i>ANO</i>	<i>TOTALIDADE DOS PROJETOS</i>
53	2007	73
53	2008	56
53	2009	59
53	2010	46
54	2011	78
54	2012	52
54	2013	47
54	2014	71
55	2015	160
55	2016	117
55	2017	85
55	2018	85
56	2019	256

Tais informações, dispostas graficamente, permitiram melhor observar que os momentos nos quais mais ocorrem as proposições com as palavras-chave escolhidas são os primeiros anos das legislaturas. Comparativamente ao ano imediatamente anterior, o primeiro ano da 54ª legislatura apresentou um acréscimo na quantidade de proposições de 69,5%. A 55ª legislatura, em seu primeiro ano apresentou um acréscimo de 125,3%, também em relação ao último ano da legislatura anterior. A 56ª legislatura, por sua vez, superou por demais as anteriores e apresentou um acréscimo de 201%.

Quantidade de projetos versus Ano - Câmara dos Deputados



As quantidades de projetos encontrados, conforme o tipo de proposição foram:

Tipo de Proposta	Total
MPV	22
PEC	66
PL (PL, PLC, PLS,PLV)	977
PLP	17
PDC, PDL	103

As quantidades de proposição, por ano, e tipo de proposta ficaram assim dispostas:

Tipo de Proposta	MPV	PEC	PL	PDC, PDL	PLP	Total - INCLUSAS
2007	6	7	60	0	1	74
2008	2	3	47	2	2	56
2009	0	5	54	0	0	59
2010	2	7	29	8	0	46
2011	2	5	70	1	0	78
2012	0	6	44	2	0	52
2013	0	3	39	5	0	47
2014	0	6	59	4	2	71
2015	2	5	138	12	3	160
2016	2	7	101	4	2	116
2017	2	2	64	14	3	85
2018	2	6	66	9	1	84
2019	2	4	206	42	3	257
Total	22	66	977	103	17	1185

Quantidade maior, por proposta
Quantidade menor, por proposta

De todas as propostas coletadas, de acordo com a iniciativa da proposição, ficaram assim dispostas:

Iniciativa	Quantidade de ocorrências
Câmara dos Deputados	1095
Senado Federal	22

Poder Executivo	68
-----------------	----

Identificamos também os partidos cujos parlamentares mais utilizaram as palavras-chave buscadas. Isso nos pareceu relevante, inclusive, para identificar se o uso da linguagem dos direitos humanos seria algo generalizado ou restrito aos partidos mais progressistas. Para todo o universo amostral, durante todo o período analisado assim resultou:

Partidos	Quantidade de Propostas TOTAL	Quantidade de Propostas TRANSFORMADAS EM LEI
PT	194	2
PSDB	79	2
PMDB	71	2
Executivo	69	27
PSB	65	1
PSOL	62	2
DEM	57	0
PSD	53	0
PR	46	1
PP	43	0
PDT	41	0
PSC	38	0
PRB	35	0
PCdoB	34	0
PV	31	1
PPS	26	1
PSL	25	0
SOLIDARIEDADE	20	0
PTB	19	0
PODEMOS	13	0
PROS	13	0

Mais de 4 siglas	11	3
MDB	10	0
4 siglas	6	1
PHS	6	1
PL	6	0
PODE	6	0
REDE	6	0
3 siglas	5	0
AVANTE	5	0
CIDADANIA	4	0
PMN	4	0
PT;PSOL	4	1
PTdoB	4	0
PFL	3	1
PMDB;PPS	3	0
PSOL;PT	3	0
REPUBLICANOS	3	0
PATRIOTA	2	0
PMDB;PSDB	2	0
PT;PCdoB	2	0
PT;PSB	2	0
PTC	2	0
MDB;PDT	1	0
PATRIOTAS	1	0
PCdoB;PSD	1	0
PCdoB;SD	1	0
PDT;PR	1	1
PHS;PDT	1	0
PHS;SOLIDARIEDADE	1	0
PMB	1	0
PMDB;PT	1	0
PR;MDB	1	0
PRB;PDT	1	0

PROS;SD	1	0
PRTB	1	0
PSB, PROS	1	0
PSB;PTC	1	0
PSC;PRB	1	0
PSDC	1	0
PSL;PV	1	0
PT, PCdoB	1	0
PT;PDT	1	0
PT;PRB	1	0
PTN	1	0
Outros	30	5
TOTAL	1185	52

A suposição de que os partidos progressistas fazem um uso mais recorrente e aprofundado da(s) expressão(ões) foi, em parte, confirmada, considerando que o partido que mais apresentou proposições foi o Partido dos Trabalhadores. No entanto, ele e os demais partidos que lhe seguiram podem também ter ocupado essa posição em decorrência do tamanho de suas bancadas no Congresso Nacional. Em destaque, indica-se a posição do Poder Executivo como sendo o quarto autor que mais propôs normas com as palavras-chave e que, expressivamente. Também foi o autor que mais aprovou projetos, corroborando a teoria política que indica que o Poder Executivo é o maior legislador no país.

Na Câmara dos Deputados, a catalogação dos temas, feita pela pesquisadora, adotou as mesmas opções existentes no sítio do Senado Federal. Tanto para a amostra total, quanto os efetivamente transformados em norma, os números são os seguintes:

Assuntos	Quantidade de ocorrências TOTAL	Quantidade de ocorrências APROVADAS
Direitos humanos e minorias	147	5

Segurança Pública	142	5
Direito penal e processual penal	135	2
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	126	7
Educação	89	1
Trabalho e emprego	64	0
Administração pública: órgãos públicos	59	9
Direito civil e processual civil	48	0
Servidores Públicos	40	1
Data comemorativa	36	4
Saúde	33	2
Homenagem cívica	32	2
Assistência social	29	0
Organização político-administrativa do Estado	28	2
Arte e cultura	15	0
Direito dos estrangeiros	13	3
Comunicações	12	1
Ciência, tecnologia e informática	11	1
Previdência social	10	1
Direito eleitoral e partidos políticos	9	0

Militares dos estados, DF e territórios	8	1
Tributação	8	0
Direitos políticos, nacionalidade e cidadania	7	0
Meio ambiente	7	0
Defesa do consumidor	6	0
Fiscalização e controle	6	0
Turismo	6	0
Indústria, comércio e serviço	5	1
Licitação e Contratos	5	0
Minas e energia	5	0
Política urbana	5	0
Relações internacionais	5	0
Trânsito	5	0
Crédito Extraordinário	4	3
Recursos hídricos	4	0
Agricultura, pecuária e abastecimento	3	0
Desenvolvimento regional	3	0
Política econômica e sistema financeiro	3	0
Desenvolvimento social e combate à fome	2	0
Desporto e lazer	2	0
Direito comercial e econômico	2	0

Pesca e aquicultura	2	1
Política fundiária e reforma agrária	2	0
Crédito Especial	1	0
Viação e transportes	1	0
TOTAL	1185	52

Em relação aos temas catalogados para as propostas encontradas na Câmara dos Deputados, era previsível que a maior quantidade de temas fossem os classificados como de direitos humanos e minorias, já que as nossas palavras-chave era(m) “*direito(s) humano(s)*”. Entretanto, chama atenção que a segunda e terceira posição foram ocupadas pelos temas segurança pública e de direito penal e processual penal. É possível que, nesses casos, os direitos humanos sejam utilizados como fundamento de propostas que visam a um possível recrudescimento punitivo (mas essa conclusão dependeria de um aprofundamento da análise).

Dentre todo o universo de 1185 propostas, pelo menos 9 propostas coletadas não possuíam as palavras chave, o que pode indicar falhas nos sistemas de dados da Câmara. Para todo o universo amostral a maior parte das proposições continha as palavras-chave no corpo do inteiro teor da proposta, seja no texto proposto para a norma ou em sua justificativa.

Onde estão localizadas as palavras chave	Quantidade de ocorrências
Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa)	1062
3 ou mais campos	57
Indexação + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa)	31

Ementa + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa)	17
Não possuíam as palavras-chave	9
Indexação	5
"Ementa/ Explicação da ementa"	2
Inteiro Teor (Norma ou Justificativa)	2

Quanto à natureza das propostas da Câmara dos Deputados, ficaram assim dispostas:

Natureza	Quantidade de ocorrências
Material	684
Organização da Administração Pública	246
Processual e Material	115
Simbólica	90
Processual	50

Para que melhor fossem identificadas as proposições e aprovações, por partido, ao longo das legislaturas, foram agrupadas as propostas para cada legislatura, tendo ficado assim distribuídas:

a) 53ª legislatura (01.02.2007 a 31.01.2011):

Partidos	Quantidade de Propostas 53 Legislatura (2007 a 2010)	Propostas APROVADAS
----------	--	------------------------

PT	43	1
Executivo	37	16
PMDB	24	0
PSB	17	1
PSDB	13	0
DEM	11	0
PCdoB	10	0
PDT	10	0
PP	8	0
PTB	8	0
PR	7	0
PSC	7	0
PSOL	5	1
PV	5	0
PFL	3	1
PRB	3	0
PMN	2	0
Mais de 4 siglas	1	0
PRTB	1	0
PSB;PTC	1	0
PTC	1	0
Outros	9	3
TOTAL	226	23

b) 54ª legislatura (01.02.2011 a 31.01.2015):

Partidos	Quantidade de Propostas 54 Legislatura (2011 a 2014)	Propostas APROVADAS
PT	52	0
PSDB	21	1
PMDB	18	1
PSD	16	0

PSB	13	0
Executivo	11	4
PR	11	1
PSC	11	0
PDT	9	0
PP	9	0
PSOL	9	0
PV	9	0
DEM	8	0
PTdoB	4	0
4 siglas	3	1
PCdoB	3	0
PROS	3	0
SOLIDARIED ADE	3	0
PSOL;PT	2	0
3 siglas	1	0
Mais de 4 siglas	1	1
PCdoB;SD	1	0
PDT;PR	1	1
PMN	1	0
PROS;SD	1	0
PSB, PROS	1	0
PSC;PRB	1	0
PSDC	1	0
PT, PCdoB	1	0
PT;PSB	1	0
PTB	1	0
PTC	1	0
Outros	10	2
TOTAL	238	12

c) 55ª legislatura (01.02.2015 a 31.01.2019):

Partidos	Quantidade de Propostas 55ª Legislatura (2015 a 2018)	Propostas APROVADAS
PT	64	1
PSDB	35	1
PSD	31	0
DEM	30	0
PMDB	29	1
PR	25	0
PRB	24	0
PSB	21	0
PSC	16	0
Executivo	14	6
PCdoB	13	0
PSOL	12	1
PV	10	1
SOLIDARIEDADE	10	0
PDT	7	0
PROS	7	0
PTB	7	0
Mais de 4 siglas	6	2
PODE	6	0
PPS	6	0
PHS	5	1
PSL	5	0
REDE	4	0
PMDB;PPS	3	0
PT;PSOL	3	1
AVANTE	2	0
MDB	2	0
PMDB;PSDB	2	0

PT;PCdoB	2	0
3 siglas	1	0
4 siglas	1	0
MDB;PDT	1	0
PCdoB;PSD	1	0
PHS;PDT	1	0
PHS;SOLIDAR IEDADE	1	0
PMB	1	0
PMDB;PT	1	0
PMN	1	0
PR;MDB	1	0
PT;PRB	1	0
PT;PSB	1	0
PTN	1	0
Outros	11	0
TOTAL	425	15

d) para o 1ª ano da atual legislatura (31.01.2019 a 31.01.2020):

Partidos	Quantidade de Propostas 56 Legislatura (2019)	Propostas APROVADAS
PSOL	36	0
PT	35	0
PSL	20	0
PDT	16	0
PSB	14	0
PODEMOS	13	0
PSDB	10	0
DEM	8	0
PCdoB	8	0
PRB	8	0

PP	7	0
PV	7	0
SOLIDARIEDA DE	7	0
Executivo	6	1
PL	6	0
PSD	6	0
CIDADANIA	5	0
3 siglas	3	0
AVANTE	3	0
Mais de 4 siglas	3	0
PROS	3	0
PSC	3	0
PTB	3	0
REPUBLICANO S	3	0
4 siglas	2	0
PATRIOTA	2	0
PR	2	0
REDE	2	0
PATRIOTAS	1	0
PHS	1	0
PPS	1	0
PRB;PDT	1	0
PSL;PV	1	0
PSOL;PT	1	0
PT;PDT	1	0
PT;PSOL	1	0
TOTAL	249	1

Foi possível observar que ao longo do período analisado o Poder Executivo, um dos maiores propositores de projetos, reduziu significativamente suas proposições que utilizavam a linguagem dos direitos humanos. A queda da posição do Poder Executivo ao passar das legislaturas analisadas poderia talvez ser

relacionada com a alteração dos ocupantes do cargo passando de um espectro mais progressista, e favorável ao desenvolvimento e consolidação de políticas de implemento dos direitos humanos, para outro mais conservador e refratário a essas políticas.

E relação ao tempo médio de tramitação das proposições aprovadas, entre a data da proposição do projeto e a sua última movimentação de aprovação, foi possível identificar que, na totalidade das propostas que foram aprovadas (52 de 1185) o tempo médio de tramitação foi de 784 dias.

Para a média de tempo de tramitação, de acordo com o tema da proposta, considerando tanto as aprovadas quanto as (ainda) não aprovadas, ficam os dados assim dispostos:

Tema	Tempo médio de tramitação (em dias)
Previdência social	122
Crédito Extraordinário	130
Indústria, comércio e serviço	159
Organização político-administrativa do Estado	235
Comunicações	278
Pesca e aquicultura	339
Administração pública: órgãos públicos	361,11111
Direito dos estrangeiros	486,66667
Servidores públicos	489
Direito penal e processual penal	636

Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	773,85714
Segurança pública	891,4
Direitos humanos e minorias	994,4
Ciência, tecnologia e informática	1008
Saúde	1074
Homenagem cívica	1244
Educação	1969
Data comemorativa	2005
Militares dos estados, DF e territórios	2074

Conforme já indicado, foi feito pedido de acesso a informação para esta casa legislativa de modo que pudéssemos constatar os dados aqui analisados em relação ao universo geral das propostas. A resposta da Câmara dos Deputados ao questionamento trouxe duas tabelas, que assim estão dispostas, sendo a primeira de todos os projetos apresentados, e a segunda dos projetos efetivamente transformados em norma:

	MP	PDC	PDL	PEC	PL	PLP
2007	71	474	-	216	2733	266
2008	40	900	-	104	1841	176
2009	27	1020	-	134	2147	108
2010	42	720	-	77	1332	57
2011	36	542	-	135	3141	124
2012	45	270	-	105	1838	115
2013	35	629	-	140	2106	132

2014	29	227	-	75	1297	86
2015	43	310	-	185	4258	215
2016	56	270	-	116	2528	121
2017	51	302	-	97	2672	132
2018	53	288	-	57	1814	93
2019	48	-	553	110	5293	195
TOTAL	576	5952	553	1551	33000	1820

	MP	PDC	PDL	PEC	PL	PLP
2007	61	412	-	4	183	4
2008	35	851	-	2	144	2
2009	24	965	-	6	144	2
2010	30	666	-	2	68	-
2011	29	441	-	5	113	3
2012	38	221	-	2	85	1
2013	26	536	-	5	75	5
2014	15	150	-	1	57	1
2015	34	148	-	2	105	7
2016	39	110	-	5	57	2
2017	26	100	-	2	44	2
2018	29	47	-	-	22	2
2019	22	-	22	4	19	3
TOTAL	408	4647	22	40	1116	34

Apesar dos dados fornecidos não terem sido melhor explicados podemos escolher como referência as quantidades referentes aos projetos de emenda constitucional. Segundo a resposta do pedido de acesso a informação no interregno de 2007 a 2019 foram apresentadas 1551 propostas de emenda a constituição, tendo sido efetivamente convertidas em emenda apenas 40 delas. Dessa forma, chega-se a um índice de aprovação de 2,57%.

Para os dados por nós coletados, nesta casa legislativa, entretanto, ao longo do mesmo período, foram apresentadas 66 propostas de emenda à

constituição e apenas uma única proposição foi de fato convertida em norma jurídica, chegando-se a um índice de aprovação de 1,5%, permitindo que se indique que para este tipo de proposição, quando utiliza das palavras-chaves “*direito(s) humanos(s)*”, possui um índice de aprovação menor ao geral.

No que se refere às respostas ao pedido de acesso a informação, os dados fornecidos pelas duas casas legislativas foram divergentes. Comparando as tabelas fornecidas, apenas em relação aos projetos de emenda constitucional aprovados, no mesmo período, apresentaram significativa diferença¹².

4.1.2 Banco de Dados de Atividade Legislativa - SENADO FEDERAL

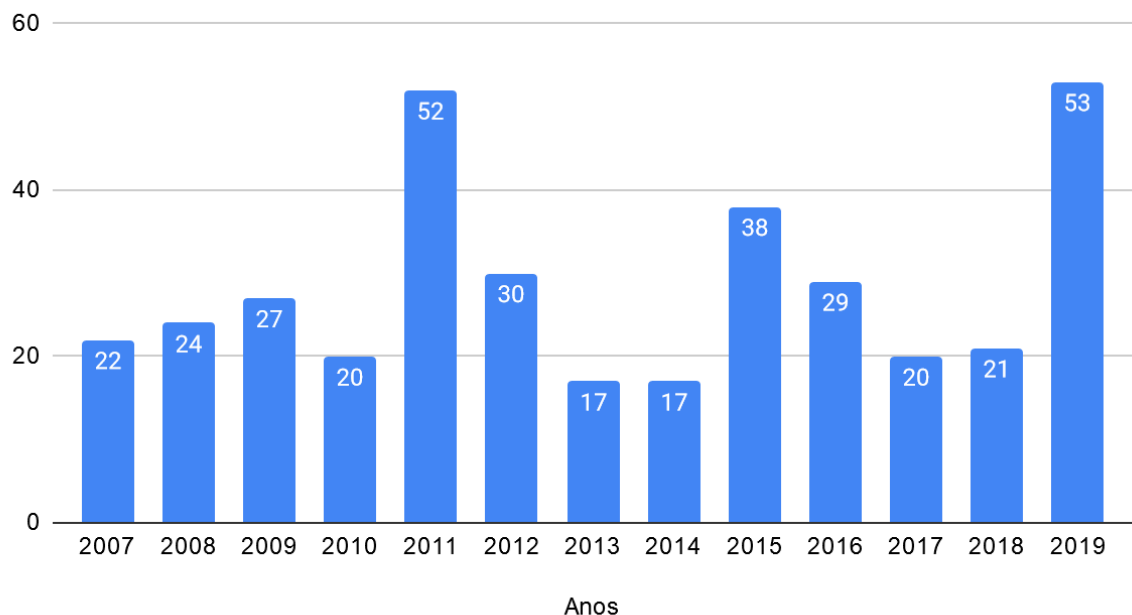
Para o banco de dados do Senado Federal, foram coletadas informações de 370 projetos legislativos. As quantidades de projetos encontrados e tabulados, conforme o ano de apresentação e legislatura, ficaram assim dispostas:

LEGISLATURA	ANO	TOTALIDADE DOS PROJETOS
53	2007	22
53	2008	24
53	2009	27
53	2010	20
54	2011	52
54	2012	30
54	2013	17
54	2014	17
55	2015	38
55	2016	29
55	2017	20
55	2018	21
56	2019	53

¹² Segundo a Câmara dos Deputados, foram aprovadas 40 emendas constitucionais nesse período, ao passo que segundo a informação dada pelo Senado foram aprovadas 51 emendas.

Tais informações, dispostas graficamente, permitiram melhor observar que os momentos em que mais ocorrem as proposições com as palavras-chave escolhidas, assim como indicado na Câmara dos Deputados, são os primeiros anos das legislaturas. Comparativamente ao ano imediatamente anterior, o primeiro ano da 54ª legislatura apresentou um acréscimo na quantidade de proposições de 160%. A 55ª legislatura, em seu primeiro ano apresentou um acréscimo de 123,5%, também em relação ao último ano da legislatura anterior. A 56ª legislatura, por sua vez, apresentou um acréscimo de 152,3%.

Quantidade de projetos versus Ano - Senado Federal



As quantidades de projetos encontrados, conforme o tipo de proposição foram:

TIPO DE PROPOSTA	TOTAL
MPV	15
PEC	26
PL (PL, PLC, PLS, PLV)	309
PLP	0
PDS, PDL	10

ECD, SCD	10
----------	----

As quantidades de proposição, por ano, e tipo de proposta ficaram assim dispostas:

ANO/TIPO DE PROPOSTA	MPV	PEC	PL (PL, PLC, PLS,PLV)	PDS, PDL	ECD, SCD	TOTAL - SENADO
2007	2	3	16	1	0	22
2008	3	0	18	3	0	24
2009	0	1	23	1	2	27
2010	2	2	14	2	0	20
2011	2	5	41	0	4	52
2012	0	2	28	0	0	30
2013	2	2	13	0	0	17
2014	0	1	15	0	1	17
2015	0	3	32	1	2	38
2016	0	5	24	0	0	29
2017	1	2	16	1	0	20
2018	1	0	19	0	1	21
2019	2	0	50	1	0	53
TOTAL	15	26	309	10	10	370

Quantidade maior, por proposta
Quantidade menor, por proposta

De todas as propostas coletadas, as informações sobre as iniciativas das proposições ficaram assim dispostas:

Iniciativa	Quantidade de ocorrências
Câmara dos Deputados	59
Senado Federal	260

Poder Executivo	51
--------------------	----

Para todo o universo amostral, durante todo o período analisado, a distribuição das propostas entre os partidos assim resultou:

Partidos	Quantidade de Propostas TOTAL	Quantidade de Propostas APROVADOS
PT	62	7
Executivo	51	40
MDB	36	3
PSB	35	1
PSDB	35	1
PDT	23	0
Mais de 4 siglas	15	0
PP	12	2
PTB	11	0
PODEMOS	10	0
DEM	8	1
PL	8	2
PSOL	7	0
PCdoB	6	1
PSD	5	1
REPUBLICANOS	4	0
CIDADANIA	3	1
PSC	3	0
PV	3	2
REDE	3	0
PFL	2	0
PRB	2	0
PMDB	1	0
PODEMOS; CIDADANIA	1	0
PPL	1	0

PROS	1	0
PSB; PT	1	0
PSDB e outros	1	0
PSL	1	0
SOLIDARIEDADE	1	0
Outros	18	9
TOTAL	370	71

Em destaque, indica-se a posição do Poder Executivo como sendo o segundo autor que mais propôs normas com as palavras-chave e que, expressivamente, mais aprovou projetos, corroborando a teoria política que indica que o Poder Executivo é o maior legislador no país.

No Senado Federal, a catalogação dos temas, que era indicado no próprio buscador do sítio oficial, tanto para a amostra total, quanto os efetivamente transformados em norma, assim ficaram:

Temas	Quantidade de ocorrências TOTAL	Quantidade de ocorrências APROVADAS
Direitos humanos e minorias	284	27
Crédito Suplementar	15	13
Direito penal e processual penal	10	1
Homenagem cívica	8	5
Crédito Especial	5	5
Organização político-administrativa do Estado	5	3
Administração pública: órgãos públicos	3	1
Assistência social	3	2
Comunicações	3	2
Direito civil e processual civil	3	1
Educação	3	0
Saúde	3	0

Segurança pública	3	2
Trabalho e emprego	3	0
Tributação	3	2
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	2	1
Meio ambiente	2	0
Política econômica e sistema financeiro	2	1
Arte e cultura	1	1
Ciência, tecnologia e informática	1	0
Crédito Extraordinário	1	1
Data comemorativa	1	1
Direito dos estrangeiros	1	1
Direito eleitoral e partidos políticos	1	0
Licitação e Contratos	1	0
Recursos hídricos	1	0
Relações internacionais	1	0
Servidores públicos	1	1
TOTAL	370	71

Em decorrência do fato das informações terem sido coletadas não somente por palavras-chave, mas também por tema, era previsível que a maior quantidade de temas fossem os classificados como de direitos humanos e minorias. Entretanto, o que chama atenção é que a segunda posição dos temas, que majoritariamente tiveram iniciativa do Senado, tenham sido referentes a crédito suplementar e de direito penal e processual penal.

Como explicado acima, no caso do Senado o sistema permitia uma busca por assunto, o que levou a resultados classificados como de direitos humanos, mas que não necessariamente usavam essa expressão. Um expressivo número de projetos catalogados não tinham as palavras-chave buscadas. Das 284 propostas coletadas com a temática de direitos humanos e minorias, 210 não possuíam as palavras chave. Para todo o universo amostral, 237 propostas não possuíam as

palavras-chave na ementa, indexação, explicação da ementa ou inteiro teor da proposta, o que pode indicar falhas nos sistemas de dados do Senado.

Onde estão localizadas as palavras chave	Quantidade de ocorrências
Não possuíam as palavras-chave	237
Indexação	49
Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa)	32
3 ou mais campos	19
Ementa/ Explicação + Indexação	16
Ementa/ Explicação da ementa	13
Inteiro Teor (Norma ou Justificativa)	2
Ementa + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa)	1
Indexação + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa)	1

Quanto à natureza das propostas do Senado Federal, ficaram assim dispostas:

Natureza	Quantidade de ocorrências
Material	249
Organização da Administração Pública	68
Processual e Material	26
Simbólica	19
Processual	8

Para que melhor fossem identificadas as proposições e aprovações, por partido, ao longo das legislaturas, foram agrupadas as propostas para cada legislatura, tendo ficado assim distribuídas:

a) 53ª legislatura (01.02.2007 a 31.01.2011):

Partidos	Quantidade de Propostas 53 Legislatura (2007 a 2010)	Propostas APROVADAS
Executivo	22	16
PT	20	2
PSDB	11	0
PDT	8	0
MDB	7	1
PTB	4	0
DEM	3	1
PL	3	0
PSB	3	1
PFL	2	0
PMDB	1	0
PP	1	0
PSC	1	0
PSOL	1	1
PV	1	1
Outros	5	12
TOTAL	93	35

b) 54ª legislatura (01.02.2011 a 31.01.2015):

Partidos	Quantidade de Propostas 54 Legislatura (2011 a 2014)	Propostas APROVADAS
PT	23	3
Executivo	15	11
MDB	13	1
PDT	8	0
PSB	8	0
PP	6	1

PCdoB	5	1
PSDB	5	1
PSOL	5	1
DEM	4	0
Mais de 4 siglas	4	0
PTB	4	0
PL	3	0
PRB	2	0
REPUBLICANOS	2	0
PPL	1	0
PSC	1	0
PSDB e outros	1	0
Outros	6	1
TOTAL	116	20

c) 55ª legislatura (01.02.2015 a 31.01.2019):

Partidos	Quantidade de Propostas 55 Legislatura (2015 a 2018)	Propostas APROVADAS
PSB	19	0
MDB	13	1
PT	11	1
Mais de 4 siglas	10	0
Executivo	9	8
PSDB	6	0
PDT	5	0
PODEMOS	5	0
PP	4	1
CIDADANIA	3	1

PSD	3	1
PTB	3	0
PL	2	0
PV	2	1
REDE	2	0
REPUBLICAN OS	2	0
DEM	1	0
PCdoB	1	0
PSB; PT	1	0
PSOL	1	0
Outros	5	3
TOTAL	108	17

d) Para o primeiro ano da 56ª legislatura (01.02.2019 a 31.01.2020):

Partidos	Quantidade de Propostas 56 Legislatura (2019)	Propostas APROVADA S
PSDB	13	0
PT	8	1
Executivo	5	5
PODEMOS	5	0
PSB	5	0
MDB	3	0
PDT	2	0
PSD	2	0
Mais de 4 siglas	1	0
PODEMOS; CIDADANIA	1	0
PP	1	0
PROS	1	0

PSC	1	0
PSL	1	0
REDE	1	0
SOLIDARIEDADE	1	0
Outros	2	0
TOTAL	53	6

Foi possível observar que ao longo do período analisado o Poder Executivo, um dos maiores propositores de projetos, reduziu suas proposições que utilizavam a linguagem dos direitos humanos, assim como identificado na Câmara dos Deputados.

E relação ao tempo médio de tramitação das proposições aprovadas, entre a data da proposição do projeto e a sua última movimentação de aprovação, foi possível identificar que, na totalidade das propostas que foram aprovadas (71 de 370) o tempo médio de tramitação foi de 404 dias.

Para a média de tempo de tramitação, de acordo com o tema da proposta, considerando tanto as aprovadas como as (ainda) não aprovadas, ficam os dados assim dispostos:

Tema	Tempo médio de Tramitação (em dias)
Política econômica e sistema financeiro	34
Administração pública: órgãos públicos	46
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	67
Crédito Suplementar	76,53846

Direito civil e processual civil	88
Comunicações	93
Crédito Especial	100,6
Arte e cultura	149
Crédito Extraordinário	149
Direito dos estrangeiros	202
Organização político-administrativa do Estado	213,66667
Direito penal e processual penal	329
Direitos humanos e minorias	510,37037
Homenagem cívica	666
Assistência social	797
Segurança pública	931,5
Data comemorativa	944
Servidores públicos	1166
Tributação	1314,5

Conforme já indicado anteriormente, foi feito pedido de acesso à informação para esta casa legislativa, de modo que pudéssemos contrastar os dados aqui analisados em relação ao universo geral das propostas. A resposta do Senado Federal ao questionamento trouxe duas tabelas, que assim estão dispostas, sendo a primeira de todos os projetos apresentados, e a segunda dos projetos efetivamente transformados em norma:

	PDL	PDS	PEC	PL	PLC	PLP	PLS	PRS	MPV
2007	-	490	104	-	130	-	741	98	30
2008	-	430	49	-	205	-	494	71	27
2009	-	1035	56	-	328	-	585	96	19
2010	-	706	36	-	191	-	335	72	11
2011	-	461	126	-	130	-	766	70	24
2012	-	580	71	-	132	-	479	82	25
2013	-	459	79	-	127	-	560	112	26
2014	-	201	56	-	136	-	433	63	-
2015	-	386	165	-	222	-	798	66	28
2016	-	91	67	-	80	-	469	61	36
2017	-	242	51	-	185	-	515	51	32
2018	-	175	21	-	136	-	547	67	27
2019	309	-	130	1381	-	86	-	121	16
TOTAL	309	5256	1011	1381	2002	86	6722	1030	-

	PDL	PEC	PLP	Lei Numerada	Resolução	MPV
2007	285	2	1	17	48	30
2008	338	1	1	57	48	27
2009	930	3	2	125	55	19
2010	784	4	4	120	62	11
2011	398	1	2	106	27	24
2012	588	3	1	118	71	25
2013	425	4	2	91	67	26
2014	276	8	4	81	43	28
2015	291	6	5	123	20	36
2016	153	7	4	118	42	32
2017	172	6	3	135	28	27
2018	170		4	149	38	16
2019	58	6	7	127	46	301
TOTAL	4868	51	40	1367	595	-

Apesar dos dados fornecidos não terem sido melhor explicados e até mesmo terem sido fornecidos com erro, como no caso da indicação de “lei numerada” na segunda planilha, que não indica exatamente qual tipo de lei seria, podemos escolher o único tipo de projeto que possui todas as quantidades ano a ano como referência para comparar com os nossos dados de projetos com a palavra-chave direitos humanos. Segundo a resposta do pedido de acesso a informação no interregno de 2007 a 2019 foram apresentadas 1010 propostas de emenda a constituição, tendo sido efetivamente convertidas em emenda apenas 51 delas. Dessa forma, chega-se a um índice de aprovação de 5%.

Para os dados por nós coletados, entretanto, ao longo do mesmo período, foram apresentadas 26 propostas de emenda à constituição e apenas uma única proposição foi de fato convertida em lei, chegando-se a um índice de aprovação de 3,84%, indicando que para este tipo de proposição, quando utiliza das palavras-chaves “*direito(s) humanos(s)*”, possui um índice de aprovação menor ao geral.

Ainda no que se refere às respostas ao pedido de acesso à informação, os dados fornecidos pelas duas casas legislativas foram divergentes. Comparando as tabelas fornecidas, apenas em relação aos projetos de emenda constitucional aprovados, no mesmo período, apresentou significativa diferença.¹³

4.2 Análise qualitativa das propostas de emenda à constituição

Para as propostas de emenda à Constituição (PEC) foram coletadas em ambos os bancos de dados as informações de 92 projetos. As quantidades de projetos encontrados e tabulados, conforme o ano de apresentação e legislatura, ficaram assim dispostos:

LEGISLATURA	ANO	QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES	APROVADAS
53	2007	10	0
53	2008	3	0
53	2009	6	0
53	2010	9	0

¹³ Segundo o Senado, foram aprovadas 51 emendas constitucionais nesse período, ao passo que segundo a informação dada pela Câmara foram aprovadas 40 emendas.

54	2011	10	0
54	2012	8	1
54	2013	5	1
54	2014	7	0
55	2015	8	0
55	2016	12	0
55	2017	4	0
55	2018	6	0
56	2019	4	0
-	TOTAL	92	2

Dentre todos os projetos apresentados, que possuíam as nossas palavras-chave, apenas dois foram efetivamente transformados em emenda constitucional. São eles um oriundo do banco de dados da Câmara dos Deputados (PEC 247/2013 - Transformada na EC 80/2014) e outro, oriundo do banco do Senado (PEC 34/2012 - Transformada na EC 71/2012). Os projetos tiveram como autores, respectivamente o Senador Mauro Benevides, Alessandro Molon e Andre Moura do PMDB/SE, e o Deputados Paulo Pimenta (PT/RS), que acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura (PEC 34/2012) e que altera o "Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça" do "Título IV - Da Organização dos Poderes" e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. (PEC 247/2013).

Com os dados da variável indexação foi possível obter uma nuvem de palavras, que é a representação visual da frequência e do valor das palavras catalogadas. Entre as palavras que mais aparecem, possível identificar o radical "inclus" que foi utilizado pelo menos 17 vezes, "seguran" e "sociais" que foram utilizados por 13 vezes. Tal dado nos fornece uma ilustração instantânea dos principais tópicos, fornecendo uma orientação muito específica e precisa do conteúdo dos projetos.



Dentre as temáticas recorrentes das proposições são possíveis indicar pelo menos cinco:

- Direitos sociais: nas propostas que objetivam acrescentar a previsão de novos direitos como direitos sociais fundamentais, como a garantia do acesso à água (39/2007, 7/2010, 213/2012, 7/2016, 258/2016, 430/2018 e 232/2019), a alimentação e comunicação (64/2007), meio ambiente saudável (16/2012), transporte (49/2007, 37/2013) mas também saneamento, acesso à terra, educação e assistência social;
- Relativos a marcadores sociais da diferença: com destaque para pessoas portadoras de deficiência (49/2007, 7/2009, 528/2010, 19/2014, 216/2016, 25/2017, 427/2018, 36/2019) mas também povos indígenas (188/2007, 71/2011, 12/2016) , igualdade racial (71/2011,

78/2015) e direitos das mulheres (101/2007, 473/2010, 38/2015, 43/2016);

- Segurança pública: relativas à organização e funcionamento das polícias (158/2012, 266/2013, 195/2012, 423/2014, 431/2014) ou a atividade de perícia (325/2019);
- Organização do sistema de justiça: como a organização da defensoria pública (44/2007, 247/2013, 61/2019), legitimidade para propositura de ações constitucionais (61/2011) e incidente de deslocamento de competência (80/2011); e
- Processo penal: execução provisória da pena após condenação em segunda instância (411/2018, 409/2018, 252/2016, 195/2016, 237/2016

A linguagem dos direitos humanos foi utilizada, nas propostas de emenda a constituição, em alguns casos, com referência a parâmetros internacionais de direitos humanos, como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (40/2007, 68/2007, 3030/2008, 64/2007), o Pacto de São José da Costa Rica (312/2008, 435/2014, 252/2016, 195/2016, 237/2016, 411/2018) a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (7/2009, 528/2010, 216/2016, 427/2018, 36/2019), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (513/2010), os Tratados e Convenções Internacionais de proteção aos Direitos Humanos das Mulheres (473/2017), a Corte interamericana (61/2011), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) - (21/2011) e outros. Entretanto a utilização das palavras-chave não foi feita sempre em projetos relacionados aos direitos humanos. Foi possível observar que existem alguns projetos em que a expressão aparece sem relação direta com o objeto desses projetos, e que em alguns casos é feito um uso retórico da(s) expressão(ões), como na PEC 175/2015, do Deputado Celso Russomano que objetiva alterar a composição de alguns tribunais, ou nas PECs 437/2018 e 428/2018, que possuem exatamente o mesmo conteúdo, e objetiva instituir o sistema unicameral no parlamento federal.

Foram observadas propostas de emenda à constituição que utilizam as palavras-chave e trariam retrocessos no campo dos direitos humanos, como a PEC 303/2008, proposta pelo deputado Pompeo de Mattos, do PDT, em que se repudia *"a prática de infanticídio de ordem étnico-cultural, seja em caso de aborto seja em caso de homicídios de recém-nascidos."*, fundamentada no direito à vida, a PEC

435/2014, de autoria do deputado Erivelton Santana, do PSC, em que se propõe inclusão de disposição afirmando que “os valores de foro familiar [deverão ter] precedência sobre a educação escolar”, assim como nas PECs 237/2016 e 252/2016, de autoria do deputado Antonio Thame, do PV, a PEC 195/2016 do deputado Índio da Costa, do PSD, e as PECs 409 e 411 de 2018 de autoria do deputado Onyx Lorenzoni, do DEM em que se objetiva dispor novo entendimento sobre a execução provisória da pena. Assim, é possível indicar que a utilização da linguagem dos direitos humanos nem sempre é feita para ampliar direitos, mas também pode ser feita para restringir direitos importantes, inclusive por partidos que seriam progressistas.

5. Conclusões e possíveis caminhos para continuidade

Em síntese, as atividades desenvolvidas no Observatório deixam como primeiros produtos relevantes os bancos de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre as propostas fundamentadas nos direitos humanos iniciadas desde 2007. Em segundo lugar, tentamos algumas aproximações ao que a consolidação desses dados aponta.

Assim, por exemplo, os dados mostram que o Poder Executivo, é um dos mais bem posicionados autores de proposições, obtendo um amplo sucesso de aprovação. Apesar disso, ao longo das últimas três legislaturas suas proposições nesta temática, e que utilizam dos direitos humanos como linguagem, têm perdido fôlego. É possível que isso ocorra em decorrência da mudança dos ocupantes do cargo, sendo que ao passar de ocupantes de um espectro mais progressista, e favoráveis ao desenvolvimento e consolidação de políticas de implemento dos direitos humanos, para outros mais conservadores e refratários a políticas de direitos humanos.

Outro ponto a se destacar é que entre os assuntos que mais abordam esta linguagem são os projetos de direito penal e processual penal, o que pode indicar um possível recrudescimento punitivo e domínio do autoritarismo fundamentado na linguagem dos direitos humanos. Também foram encontrados projetos que ensejariam uma reversão de mecanismos de promoção de direitos de

populações tradicionalmente excluídas dos espaços de participação política, como mulheres, negros, indígenas, jovens, portadores de deficiência e pessoas LGBT.

As atividades foram conduzidas ao longo de todo o período com foco no objetivo de produzir de informações de interesse público, tanto para subsidiar o exercício da cidadania pela sociedade civil, quanto para informar os agentes públicos de forma a colaborar com suas rotinas de produção legislativa. Os produtos de pesquisa aqui obtidos permitem refletir sobre o que os direitos humanos significam e como temática dos direitos humanos foi e é utilizada na política e no sistema jurídico brasileiro após a redemocratização.

Para futuras investigações os produtos de trabalho permitem múltiplas possibilidades analíticas, com a escolha de conjuntos de casos, áreas sensíveis, propostas aprovadas, e até mesmo um recorte temporal específico, como o de proposições de 2019, que se diferenciou dos demais anos. Além disso os bancos de dados podem ser ampliados para legislaturas anteriores, para casos sem uso explícito da(s) expressão(ões) ou na investigação da lógica de criminalização e apropriação da pauta dos direitos humanos pelo autoritarismo.

6. Bibliografia

ANISTIA INTERNACIONAL. "Eles usam uma estratégia de medo" - Proteção do direito ao protesto no Brasil, 2014.

ALSTON, Philip; The populist Challenge to Human Rights. Journal of Human Rights Practice, n. 9, 2017, pp 1 –15

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

ARTIGO 19. 5 anos de junho de 2013 - restrições ao direito de protesto, 2018.

_____ Nas ruas, nas leis, nos tribunais - Violações ao direito de protesto no Brasil (2015-2016, 2017

_____ Direito ao esquecimento no Brasil - subsídios ao debate legislativo, 2017.

_____ Repressão às escuras - uma análise sobre a transparência em assunto de segurança pública e protestos, 2017.

_____ Bloqueio de sites e aplicativos no Brasil – Subsídios ao debate legislativo, 2017.

_____ As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015, 2015.

GPOPAI/USP - GRUPO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO. XEQUEMATE o tripé da proteção de dados pessoais no jogo de xadrez das iniciativas legislativas no Brasil , 2015.

INSTITUTO SOU DA PAZ. O papel do legislativo na segurança pública - análise da atuação do congresso nacional em 2018, 2019.

Meneses, M., Nunes, J., Añón, C., Bonet, A., & Gomes, N. (2019). Os direitos humanos: Uma hegemonia frágil. In *Boaventura de Sousa Santos: Construindo as Epistemologias do Sul Para um pensamento alternativo de alternativas, Volume II* (pp. 211-224). Argentina: CLACSO.

MOYN, Samuel. *The last utopia: human rights in history*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*, 5 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ANEXOS

ANEXO I - Ficha de Busca da Câmara dos Deputados

Pesquisa feita por:

- Palavras-chave: “direitos humanos” e “direito humano”.

IDENTIFICAÇÃO:

- **Tipo da proposição:** foram selecionados “PEC”, “PL”, “MPV” e “PLP”

Opções: PEC - Proposta de Emenda à Constituição; PLP - Projeto de Lei Complementar; PL - Projeto de Lei; MPV - Medida Provisória; PLV - Projeto de Lei de Conversão; PDC - Projeto de Decreto Legislativo; PRC - Projeto de Resolução; REQ - Requerimento; RIC - Requerimento de Informação; RCP - Requerimento de Instituição de CPI; MSC - Mensagem; e INC - Indicação.

- **Número:** sem preenchimento
- **Ano:** sem preenchimento
- **Recebida no Órgão:** sem preenchimento
- **Data de apresentação:**

Data Inicial : 01/02/2007 e Data Final: 31/01/2020 (53, 54, 55, 56ª legislaturas da Câmara)

SITUAÇÃO:

- **Em tramitação:** foi selecionada opção “todas”

Opções: Todas; Sim; e Não.

- **Situação atual:** foi selecionada opção “Qualquer”

Opções: Qualquer; Aguardando Abertura de Prazo para Recurso; Aguardando Apoioamento; Aguardando Apreciação do Veto; Aguardando Apreciação pelo Senado Federal; Aguardando Autógrafos na Mesa; Aguardando Constituição de Comissão Temporária; Aguardando Criação de Comissão Temporária; Aguardando Defesa Escrita no Conselho de Ética; Aguardando Deliberação; Aguardando Deliberação de Recurso; Aguardando Deliberação do Presidente; Aguardando Designação; Aguardando Devolução

de Relator que deixou de ser Membro; Aguardando Designação de Relator; Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados; Aguardando Eleição do Presidente da Comissão Especial e do Relator; Aguardando Envio ao Executivo; Aguardando Envio ao Senado Federal; Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Instauração do Processo; Aguardando Interstício Regimental; Aguardando Leitura do Parecer da Comissão Especial; Aguardando Manifestação do(a)(s) Acusado(o)(s); Aguardando Notificação do Representado; Aguardando Parecer; Aguardando Parecer da Comissão Especial; Aguardando Parecer Preliminar no Conselho de Ética; Aguardando Promulgação; Aguardando Publicação; Aguardando Recurso; Aguardando Reformulação de Parecer; Aguardando Remessa à Sanção; Aguardando Resposta; Aguardando Sanção; Aguardando Vistas; Arquivada Devolvida ao Autor; Em Instrução Probatória; Em tramitação no Conselho de Ética; Enviada ao Congresso Nacional; Enviada ao Senado Federal; Enviada ao TCU; Perdeu a Eficácia; Pronta para Pauta; Retirado pelo Autor; Tramitando em Conjunto; Transformado em Norma Jurídica; Transformado em nova proposição; Vetado totalmente.

- **No órgão:** sem preenchimento

ASSUNTO:

- **Todas estas palavras:** “direito(s) humano(s)” OU
- **Exatamente esta palavra ou expressão:** “direito(s) humano(s)”
- **Qualquer uma destas palavras:** sem preenchimento
- **Nenhuma destas palavras:** sem preenchimento
- **Onde procurar?** Ementa; Indexação e Inteiro teor

Opções: Ementa; Indexação e Inteiro teor

AUTOR:

- **Tipo:** sem preenchimento
- **Autor:** sem preenchimento

- **Partido do Autor:** sem preenchimento
- **UF do Autor:** sem preenchimento

RELATOR:

- **Nome do Relator:** sem preenchimento
- **Partido do Relator:** sem preenchimento
- **UF do Relator:** sem preenchimento
- **Período:** sem preenchimento

TRAMITAÇÃO:

- **Expressão textual:** sem preenchimento
- **No órgão:** sem preenchimento
- **Período:** sem preenchimento

ANEXO II - Protocolo de Preenchimento do Banco de Dados da Câmara dos Deputados

Os projetos legislativos coletados e que compõem este banco resultaram de quatro buscas do banco de dados da Câmara dos Deputados, feitas entre as datas de 10/02/2020 e 27/05/2020, no site da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>).

Após serem coletadas todas as buscas, foram excluídos os resultados que se repetiram entre os quatro tipos de busca feitos, chegando ao universo amostral obtido de 1185 projetos.

Sendo assim, foram catalogados os resultados encontrados conforme as seguintes especificações:

❖ BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DA BUSCA :

Variável 1) Número da Busca: se refere ao número correspondente a busca de identificadores de exploratórios feitos nos Bancos da Câmara.

- BUSCA 1 - Referente à palavra chave “direitos humanos”, sendo buscada “todas as palavras” na Ementa, Indexação e Inteiro teor, em PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PL - Projeto de lei, MPV - Medida Provisória, PLP - Projeto de Lei Complementar, DL - Decretos Legislativos, para a 53, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura;
- BUSCA 2 - Referente à palavra chave “direitos humanos”, sendo buscada “exatamente esta palavra ou expressão” na Ementa, Indexação e Inteiro teor, em PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PL - Projeto de lei, MPV - Medida Provisória, PLP - Projeto de Lei Complementar, DL - Decretos Legislativos, para a 53, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura;
- BUSCA 3 - Referente às palavras-chave “direito humano”, sendo buscada “todas as palavras” na Ementa, Indexação e Inteiro teor, em PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PL - Projeto de lei, MPV - Medida Provisória, PLP - Projeto de Lei Complementar, DL - Decretos Legislativos, para a 53, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura;

- BUSCA 4 - Referente à palavra chave “direito humano”, sendo buscada “exatamente esta palavra ou expressão” na Ementa, Indexação e Inteiro teor, em PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PL - Projeto de lei, MPV - Medida Provisória, PLP - Projeto de Lei Complementar, DL - Decretos Legislativos, para a 53, 54ª, 55ª e 56ª Legislatura;

Variável 2) Descrição da Busca: Será catalogada a descrição da busca efetuada para encontrar tal resultado, devendo constar:

- Singular ou Plural, a depender da palavra-chave procurada, sendo: “DsHs” para caso a busca tenha sido por “direitos humanos” (plural) ou “DH” para caso a busca tenha sido feita por “direito humano”(Singular);
- Todas ou Exatamente, para identificar se a busca foi feita com “Todas as a busca por: Palavra-chave ou Assunto, bem como o tipo de proposição (PL, PEC, MPV, PLP, DL etc); e
- Número da Legislatura buscada, podendo ser: 53, 54, 55, 56, ou todas.

❖ BLOCO II - IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

Variável 3) Tipo de proposição: esta variável, derivada da informação coletada diretamente dos Bancos pesquisados, refere-se ao tipo jurídico da proposta, devendo ser:

- PEC para Propostas de Emenda à Constituição;
- PL para Projetos de Lei, abarcando PLC - Projetos de Lei da Câmara, PLS - Projetos de Lei do Senado e PLV - Projeto de Lei de de Conversão;
- MPV para Medidas Provisórias;
- PLP para Projetos de Lei Complementar;
- ECD para Emendas da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado; e

- SCD - Substitutivos da Câmara a projeto de lei do Senado.

Variável 4) Número da Proposição: esta variável, obtida pelas buscas nos Bancos de Dados originais, aglutina três dados: tipo de proposição, número e ano. P.ex: PEC 123/2007. Esta variável foi decomposta nas variáveis antecedente e posterior, respectivamente.

Variável 5) Ano: esta variável se deriva da variável antecedente e nela será catalogado o ano em que houve o oferecimento da proposta, podendo ser:

- 2007;
- 2008;
- 2009;
- 2010;
- 2011;
- 2012;
- 2013;
- 2014;
- 2015;
- 2016;
- 2017;
- 2018;
- 2019; e
- 2020.

Para casos em que o ano da numeração da proposição é anterior a 01/02/2007, será considerado o ano da data de apresentação do projeto. (Especificamente ocorrido para 2 resultados de ECD).

Variável 6) Ementa: deve ser catalogada nesta variável a íntegra da ementa/resumo do projeto, conforme informado. P.ex: *“Altera o art. 5º e o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, para alterar as competências do Congresso Nacional no que concerne à denúncia de tratados internacionais.”*

Variável 7) Iniciativa: deve ser catalogada nesta variável de quem foi a iniciativa do projeto, podendo ser:

- Câmara dos Deputados: para projetos que foram originados nesta casa legislativa, ainda que o atual projeto seja a título de ser casa revisora;
- Senado Federal: para projetos que foram originados nesta casa legislativa, ainda que o atual projeto seja a título de ser casa revisora;e
- Executivo: para projetos que foram originados pela Presidência da República.

Variável 8) Autor: deve ser catalogada nesta variável o nome do(s) autor(es) do projeto, conforme informado na proposta, separando os nomes por vírgula. Caso não informe todos os nomes e ao final conste “e outros”, assim catalogar. P.ex: *“Vanessa Grazziotin, Acir Gurgacz, Alvaro Dias, Ana Amélia, Ângela Portela, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Edison Lobão,Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Senador Humberto Costa, João Capiberibe, José Maranhão, José Medeiros, José Pimentel, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Omar Aziz, Paulo Paim, Paulo Rocha, Pedro Chaves,Raimundo Lira, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Reguffe, Roberto Muniz, Simone Tebet, Telmário Mota, Vicentinho Alves e outros”.*

Variável 9) Partido: deve ser catalogada nesta variável a(s) sigla(s) partidária(s) do(s) partido(s) autor(es) do projeto, conforme informado na proposta, separando os partidos por ponto e vírgula. Caso não informe todos os nomes e ao final conste “e outros”, assim catalogar. P.ex: *“PT; PDT; PSDB; PSB; PP; MDB; PTB; PSC; PTB; DEM; CIDADANIA; PCdoB; PL e outros”*

Variável 10) Estado: deve ser catalogada nesta variável a sigla da Unidade Federativa (UF) que o(s) agente(s) político(s) representa(m), conforme informado na proposta, separando as Unidades Federativas por ponto e vírgula. Caso não informe todas as siglas e ao final conste “e outros”, assim catalogar. P.ex: *“AM; RO; PR; RS;*

RR; SE; PE; AL; AP; MA; PR; DF; PE; PB; MT; RJ; PA; MS; PB; PI; BA; MS; TO e outros”

Variável 11) Status/Situação Atual: deve ser catalogada a atual situação do processo legislativo, conforme indicado em cada projeto. P.ex: *Transformada em norma jurídica, Tramitando em Conjunto, Arquivada ao final da legislatura, Matéria com a relatoria, Remetida à Câmara, Aguardando designação do relator, Prejudicado, Pronta para a pauta na Comissão, Retirada pelo autor, Pronto para deliberação do Plenário, Transformada em Projeto de Lei de Conversão, Rejeitada ou Sem eficácia etc.*

Variável 12) Aprovado ou Não aprovado: deve ser catalogado como “Aprovado” os projetos que, na variável anterior como catalogados como “convertidos em norma”, “transformados em norma jurídica” ou “transformado em norma jurídica com veto parcial”.

❖ **BLOCO III - TEMÁTICA DA PROPOSTA:**

Variável 13) Natureza: deve ser catalogada a qual natureza a proposta se refere. Dentre as seguintes possibilidades:

- Material: para qualquer tipo de alteração, regulamentação, criação, tipificação, sanção ou disposição de direitos e deveres;
- Processual: para qualquer tipo de regulamentação do agir processual;
- Processual e Material: para casos em que há alteração Material e Processual;
- Organização da Administração Pública: para normas que regulamentem a organização dos funcionários ou órgão públicos, determinem diretrizes de políticas públicas, planos nacionais, criação de centros de tratamento, conselhos ou estatutos;
- Simbólico: para homenagens, criação de datas de conscientização etc.

Variável 14) Tema: deve ser catalogada a qual o tema da proposta se refere. Para propostas da Câmara dos Deputados foram escolhidas as mesmas possibilidades de catalogação que fornecidas pelo Senado. Assim, são as opções:

- Administração pública: órgãos públicos;
- Arte e cultura;
- Assistência social;
- Crédito Especial;
- Crédito Extraordinário;
- Crédito Suplementar;
- Data comemorativa;
- Direito civil e processual civil;
- Direito dos estrangeiros;
- Direito eleitoral e partidos políticos;
- Direito penal e processual penal;
- Direitos humanos e minorias;
- Educação;
- Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- Homenagem cívica;
- Licitação e Contratos;
- Meio ambiente;
- Organização político-administrativa do Estado;
- Política econômica e sistema financeiro;
- Relações internacionais;
- Saúde;

- Segurança pública; e
- Trabalho e emprego.

Variável 15) Indexação: devem ser catalogadas todas as palavras catalogadas como indexação. Por exemplo: “*CRIAÇÃO, LEI FEDERAL, INSCRIÇÃO, JAIME WRIGHT, LIVRO DE HEROIS E HEROINAS DA PATRIA*”.

❖ BLOCO IV - TEMPO:

Variável 16) Data de Apresentação: deve ser catalogada nesta variável a data em que fora apresentada a proposta legislativa, respeitando o formato “dd/mm/aaaa”, conforme informado na proposta.

Variável 17) Data da Última Tramitação: deve ser catalogada a última data de movimentação da tramitação, respeitando o formato: DD/MM/AAAA. Lembrando que a informação coletada pode, e muito provavelmente, ser modificada ao passar do tempo.

Variável 18) Tempo de Duração da tramitação: será contabilizada a quantidade de dias entre a apresentação da proposta e a última tramitação, de modo automático por intermédio da fórmula necessária.

❖ BLOCO V - ACESSO:

Variável 19) Link de acesso: Deve ser catalogado o endereço de acesso direto à proposta analisada. Por exemplo:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2076885>

❖ BLOCO VI - LOCALIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES:

Variável 20) Houve uso das palavras-chave (“Direitos Humanos” ou “Direito Humano”): deve ser catalogada nesta variável se a proposta utilizou as expressões “direitos humanos” ou “direito humano” na Ementa/Explicação da Ementa, Indexação, Apelido ou Inteiro Teor (Norma ou Justificativa). Devendo ser preenchido:

- Sim; ou
- Não.

Variável 21) Onde estão localizadas as palavras chave: deve ser catalogada onde foi encontrada as palavras chaves buscadas. Devendo ser preenchido:

- Ementa/Explicação da ementa, para quando as palavras-chave estiverem contidas na ementa ou no campo de explicação da ementa;
- Indexação, para quando as palavras-chave estiverem contidos na indexação;
- Apelido, para quando as palavras-chave estiverem contidas no apelido dado pela casa legislativa;
- Ementa/Explicação da ementa + Indexação, para quando as propostas estiverem contidas da Ementa ou Explicação da Ementa e também na Indexação;
- Inteiro Teor (Norma ou Justificativa), para quando as palavras-chave estiverem no Inteiro teor da proposta, seja na norma criada ou em sua justificção;
- 3 ou mais campos, para quando as palavras-chave estiverem em 3 ou mais campos já listados;
- Ementa/Explicação da ementa + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa), para quando as propostas estiverem contidas da Ementa ou Explicação da Ementa e também no Inteiro Teor;
- Indexação + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa), para quando as propostas estiverem contidas na Indexação e também no Inteiro Teor;
- NA - para casos em que não foram localizadas as palavras-chave.

Variável 22) Trecho que consta a palavra chave: deve ser copiado o trecho em que a(s) palavra(s)-chave foi encontrado, por parágrafo ou artigo a que se refere entre aspas, sempre precedido de onde o trecho foi retirado. Caso a proposta seja digitalizada, deverá ser transcrito manualmente o trecho. P. ex: EXPLICAÇÃO DE EMENTA - "Altera a Constituição Federal, para vedar a celebração de acordos com países que violem sistematicamente os direitos humanos e os princípios da democracia representativa; para facultar ao Congresso Nacional determinar a

denúncia de tratados internacionais com tais países; para condicionar à autorização do Congresso Nacional a denúncia de quaisquer outros atos internacionais, em procedimento idêntico ao da aprovação." OU P.ex: INDEXAÇÃO - "ALTERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMPETENCIA, CONGRESSO NACIONAL, ATO INTERNACIONAL, TRATADO, DENUNCIA, PAIS ESTRANGEIRO, VIOLAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA." OU P.ex: NORMA - "Art. 1º O art. 5º e o art. 49, I, da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 5º (...) § 5º A República Federativa do Brasil não celebrará acordos com países que violem sistematicamente os direitos humanos e os princípios da democracia representativa. § 6º Ao Congresso Nacional, por decisão de cada uma de suas Casas, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, é facultado o poder de Determinar ao Poder Executivo a denúncia de tratados internacionais em vigor com países que, pela análise congressual, violem sistematicamente os direitos humanos e a democracia representativa".

Variável 23) Observações: variável aberta e opcional, não vinculativa, para que sejam anotadas considerações relevantes a respeito do projeto que não estejam preenchidos nas demais variáveis. Como considerações e peculiaridades do projeto que chamaram atenção, dúvidas apresentadas ao longo dos preenchimentos, quando o projeto está digitalizado etc. P.ex: *Projeto digitalizado; PDC; "Não contém a expressão "direito(s) humano(s)" ou mesmo as palavras separadas no plural e singular na ementa/explicação/index/apelido + inteiro teor; Preservação de idiomas indígenas etc.*

ANEXO III - Ficha de Busca do Senado Federal

Pesquisa feita por:

- Palavras-chave: “direitos humanos” e “direito humano”; e
- Assunto: “Direitos humanos e minorias”

MATÉRIA:

Situação: foi selecionado ora Ativos, ora Encerrados.

Tipo de Matéria:

Para Ativos: MPV - Medida Provisória, PL - Projeto de lei, PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PLP - Projeto de Lei Complementar; PDS - Projeto de Decreto do Senado; e PDL- Projeto Decreto Legislativo.

Para Encerrados: PLS - Projeto de Lei do Senado

Número: sem preenchimento

Ano: sem preenchimento

Assunto: sem preenchimento (na busca por palavra-chave) ou “*Direitos humanos e minorias*”

Natureza: sem preenchimento

Norma gerada:

- **Tipo de norma:** sem preenchimento

Número: sem preenchimento

Ano: sem preenchimento

- **Pesquisa textual (Ementa/ explicação da ementa/ indexação/apelido):**
“direitos humanos” OU “direito humano”

- **Tipos:** Todos os tipos

Opções: Ementa/explicação da ementa, Campos de indexação, Apelido

- **Autor:** sem preenchimento

Tipo do autor: sem preenchimento

Partido: sem preenchimento

UF: sem preenchimento

- **Matérias apresentadas no Senado, no período de:**

Data Inicial : 01/02/2007 e Data Final: 31/01/2020

TRAMITAÇÃO:

- **Em tramitação:** foi selecionada opção “todas”.

Opções: Todas; Em tramitação; e Tramitação encerrada.

- **Relator:** sem preenchimento

- **Comissão:** sem preenchimento

- **Situação:** foi selecionada a opção “todas”.

- **Pesquisa Textual na tramitação:** sem preenchimento.

ANEXO IV - Protocolo de Preenchimento Banco de Dados - Senado Federal

Os projetos legislativos coletados e que compõem este banco resultaram de três buscas do banco de dados do Senado Federal, feitas entre as datas de 15/04/2020 e 15/05/2020, na Pesquisa Avançada no site do Senado Federal (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>).

Após serem coletadas todas as buscas, foram excluídos os resultados que se repetiram entre os três tipos de busca feitos, chegando ao universo amostral obtido de 370 projetos.

Sendo assim, foram catalogados os resultados encontrados conforme as seguintes especificações:

❖ BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DA BUSCA :

Variável 1) Número da Busca: se refere ao número correspondente a busca de identificadores de exploratórios feitos nos Bancos da Câmara, Senado e Executivo.

- BUSCA 1 - (exploratório por palavras-chave) Referente à busca dos Projetos de Lei (PL), com as palavras chave “direitos humanos” ou “direito humano”, para projetos Ativos ou Encerrados para a 53^a, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura.
- BUSCA 2 - (exploratório por palavras-chave) Referente à busca dos Projetos de Emenda Constitucional (PEC), com as palavras chave “direitos humanos” ou “direito humano”, para projetos Ativos ou Encerrados para a 53^a, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura.
- BUSCA 3 - (exploratório por palavras-chave) Referente à busca dos Medida Provisória (MPV), com as palavras chave “direitos humanos” ou “direito humano”, para projetos Ativos ou Encerrados para a 53^a, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura;
- BUSCA 4 - (exploratório por palavras-chave) Referente à busca dos Projetos de Lei Complementar (PLP), com as palavras chave “direitos

humanos” ou “direito humano”, para projetos Ativos ou Encerrados para a 53^a, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura;

- BUSCA 5 - (exploratório por Assunto) Referente à projetos catalogados com o assunto “Direitos Humanos e Minorias” para a 53^a, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura;

- BUSCA 6 - (exploratório de Decretos) Referente a busca de PDS - Projeto de Decreto do Senado e PDL- Projeto Decreto Legislativo nas palavras-chave “direito(s) humano(s)” para a 53^a, 54^a, 55^a e 56^a Legislatura.

Variável 2) Descrição da Busca: Será catalogada a descrição da busca efetuada para encontrar tal resultado, devendo constar:

- Tipo de busca, para identificar se foi feita a busca por: Palavra-chave ou Assunto, bem como o tipo de proposição (PL, PEC, MPV, PLP, DL etc)

- Singular ou Plural, a depender da palavra-chave procurada, sendo: “DsHs” para caso a busca tenha sido por “direitos humanos” (plural) ou “DH” para caso a busca tenha sido feita por “direito humano”;e

- Ativo ou Encerrado, no caso da busca ter sido feita no Senado; e

❖ **BLOCO II - IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:**

Variável 3) Tipo de proposição: esta variável, derivada da informação coletada diretamente dos Bancos pesquisados, refere-se ao tipo jurídico da proposta, devendo ser:

- PEC para Propostas de Emenda à Constituição;

- PL para Projetos de Lei, abrangendo PLC - Projetos de Lei da Câmara, PLS - Projetos de Lei do Senado e PLV - Projeto de Lei de de Conversão;

- MPV para Medidas Provisórias;

- PLP para Projetos de Lei Complementar;

- ECD para Emendas da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado; e

- SCD - Substitutivos da Câmara a projeto de lei do Senado.

Variável 4) Número da Proposição: esta variável, obtida pelas buscas nos Bancos de Dados originais, aglutina três dados: tipo de proposição, número e ano. P.ex: PEC 123/2007. Esta variável foi decomposta nas variáveis antecedente e posterior, respectivamente.

Variável 5) Ano: esta variável se deriva da variável antecedente e nela será catalogado o ano em que houve o oferecimento da proposta, podendo ser:

- 2007;
- 2008;
- 2009;
- 2010;
- 2011;
- 2012;
- 2013;
- 2014;
- 2015;
- 2016;
- 2017;
- 2018;
- 2019; e
- 2020.

Para casos em que o ano da numeração da proposição é anterior a 01/02/2007, será considerado o ano da data de apresentação do projeto. (Especificamente ocorrido para 2 resultados de ECD).

Variável 6) Ementa: deve ser catalogada nesta variável a íntegra da ementa/resumo do projeto, conforme informado. P.ex: *“Altera o art. 5º e o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, para alterar as competências do Congresso Nacional no que concerne à denúncia de tratados internacionais.”*

Variável 7) Iniciativa: deve ser catalogada nesta variável de quem foi a iniciativa do projeto, podendo ser:

- Câmara dos Deputados: para projetos que foram originados nesta casa legislativa, ainda que o atual projeto seja a título de ser casa revisora;
- Senado Federal: para projetos que foram originados nesta casa legislativa, ainda que o atual projeto seja a título de ser casa revisora;e
- Executivo: para projetos que foram originados pela Presidência da República.

Variável 8) Autor: deve ser catalogada nesta variável o nome do(s) autor(es) do projeto, conforme informado na proposta, separando os nomes por vírgula. Caso não informe todos os nomes e ao final conste “e outros”, assim catalogar. P.ex: *“Vanessa Grazziotin, Acir Gurgacz, Alvaro Dias, Ana Amélia, Ângela Portela, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Edison Lobão,Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Senador Humberto Costa, João Capiberibe, José Maranhão, José Medeiros, José Pimentel, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Omar Aziz, Paulo Paim, Paulo Rocha, Pedro Chaves,Raimundo Lira, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Reguffe, Roberto Muniz, Simone Tebet, Telmário Mota, Vicentinho Alves e outros”.*

Variável 9) Partido: deve ser catalogada nesta variável a(s) sigla(s) partidária(s) do(s) partido(s) autor(es) do projeto, conforme informado na proposta, separando os partidos por ponto e vírgula. Caso não informe todos os nomes e ao final conste “e outros”, assim catalogar. P.ex: *“PT; PDT; PSDB; PSB; PP; MDB; PTB; PSC; PTB; DEM; CIDADANIA; PCdoB; PL e outros”*

Variável 10) Estado: deve ser catalogada nesta variável a sigla da Unidade Federativa (UF) que o(s) agente(s) político(s) representa(m), conforme informado na proposta, separando as Unidades Federativas por ponto e vírgula. Caso não informe todas as siglas e ao final conste “e outros”, assim catalogar. P.ex: *“AM; RO; PR; RS;*

RR; SE; PE; AL; AP; MA; PR; DF; PE; PB; MT; RJ; PA; MS; PB; PI; BA; MS; TO e outros”

Variável 11) Status/Situação Atual: deve ser catalogada a atual situação do processo, conforme indicado em cada projeto. P.ex: *Transformada em norma jurídica, Tramitando em Conjunto, Arquivada ao final da legislatura, Matéria com a relatoria, Remetida à Câmara, Aguardando designação do relator, Prejudicado, Pronta para a pauta na Comissão, Retirada pelo autor, Pronto para deliberação do Plenário, Transformada em Projeto de Lei de Conversão, Rejeitada ou Sem eficácia etc.*

Variável 12) Aprovado ou Não aprovado: deve ser catalogado como “Aprovado” os projetos que, na variável anterior como catalogados como “aprovada”, “convertidos em norma”, “transformados em norma jurídica” ou “transformado em norma jurídica com veto parcial”.

❖ **BLOCO III - TEMÁTICA DA PROPOSTA:**

Variável 13) Natureza: deve ser catalogada a qual natureza a proposta se refere. Tendo sido catalogada pela própria pesquisadora, diversamente da informação “Norma” fornecido no sítio do Senado, que constam informações imprecisas ou que não agregam informações para esta pesquisa, como casos encontrados de “norma jurídica”, “norma geral” ou “ Concessão/renovação de serviços de telecomunicação”. Dentre as seguintes possibilidades:

- Material: para qualquer tipo de alteração, regulamentação, criação, tipificação, sanção ou disposição de direitos e deveres;
- Processual: para qualquer tipo de regulamentação do agir processual;
- Processual e Material: para casos em que há alteração Material e Processual;
- Organização da Administração Pública: para normas que regulamentem a organização dos funcionários ou órgão públicos, determinem diretrizes de políticas públicas, planos nacionais, criação de centros de tratamento, conselhos ou estatutos; e

- Simbólico: para homenagens, criação de datas de conscientização etc.

Variável 14) Tema: deve ser catalogada a qual o tema da proposta se refere. Para propostas originárias do Senado, preencher com a informação dada pelo próprio site e para propostas do Executivo e Câmara dos Deputados catalogar seguindo a ementa e palavras existentes na variável “Indexação” dentre as opções:

- Administração pública: órgãos públicos;
- Arte e cultura;
- Assistência social;
- Crédito Especial;
- Crédito Extraordinário;
- Crédito Suplementar;
- Data comemorativa;
- Direito civil e processual civil;
- Direito dos estrangeiros;
- Direito eleitoral e partidos políticos;
- Direito penal e processual penal;
- Direitos humanos e minorias;
- Educação;
- Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- Homenagem cívica;
- Licitação e Contratos;
- Meio ambiente;
- Organização político-administrativa do Estado;

- Política econômica e sistema financeiro;
- Relações internacionais;
- Saúde;
- Segurança pública; e
- Trabalho e emprego.

Variável 15) Indexação: devem ser catalogadas todas as palavras catalogadas como indexação. Por exemplo: “*CRIAÇÃO, LEI FEDERAL, INSCRIÇÃO, JAIME WRIGHT, LIVRO DE HEROIS E HEROINAS DA PATRIA*”.

❖ **BLOCO IV - TEMPO:**

Variável 16) Data de Apresentação: deve ser catalogada nesta variável a data em que fora apresentada a proposta legislativa, respeitando o formato “dd/mm/aaaa”, conforme informado na proposta.

Variável 17) Data da Última Tramitação: deve ser catalogada a última data de movimentação da tramitação, respeitando o formato: DD/MM/AAAA. Lembrando que a informação coletada pode, e muito provavelmente, ser modificada ao passar do tempo.

Variável 18) Tempo de Duração da tramitação: será contabilizada a quantidade de dias entre a apresentação da proposta e a última tramitação, de modo automático por intermédio da fórmula necessária.

❖ **BLOCO V - ACESSO:**

Variável 19) Deve ser catalogado o endereço de acesso direto à proposta analisada. Por exemplo: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135098>

❖ **BLOCO VI - LOCALIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES:**

Variável 20) Houve uso das palavras-chave (“Direitos Humanos” ou “Direito Humano”): deve ser catalogada nesta variável se a proposta utilizou as expressões “direitos humanos” ou “direito humano” na Ementa/Explicação da Ementa,

Indexação, Apelido ou Inteiro Teor (Norma ou Justificativa). Devendo ser preenchido:

- Sim; ou
- Não.

Variável 21) Onde estão localizadas as palavras chave: deve ser catalogada onde foi encontrada as palavras chaves buscadas. Devendo ser preenchido:

- Ementa/Explicação da ementa, para quando as palavras-chave estiverem contidas na ementa ou no campo de explicação da ementa;
- Indexação, para quando as palavras-chave estiverem contidos na indexação;
- Apelido, para quando as palavras-chave estiverem contidas no apelido dado pela casa legislativa;
- Ementa/Explicação da ementa + Indexação , para quando as propostas estiverem contidas da Ementa ou Explicação da Ementa e também na Indexação;
- Inteiro Teor (Norma ou Justificativa), para quando as palavras-chave estiverem no Inteiro teor da proposta, seja na norma criada ou em sua justificção;
- 3 ou mais campos, para quando as palavras-chave estiverem em 3 ou mais campos já listados;
- Ementa/Explicação da ementa + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa), para quando as propostas estiverem contidas da Ementa ou Explicação da Ementa e também no Inteiro Teor;
- Indexação + Inteiro Teor (Norma e/ou Justificativa), para quando as propostas estiverem contidas na Indexação e também no Inteiro Teor;
- NA - para casos em que não foram localizadas as palavras-chave.

Variável 22) Trecho que consta a palavra chave: deve ser copiado o trecho em que a(s) palavra(s)-chave foi encontrado, por parágrafo ou artigo a que se refere

entre aspas, sempre precedido de onde o trecho foi retirado. Caso a proposta seja digitalizada, deverá ser transcrito manualmente o trecho. P. ex: EXPLICAÇÃO DE EMENTA - "Altera a Constituição Federal, para vedar a celebração de acordos com países que violem sistematicamente os direitos humanos e os princípios da democracia representativa; para facultar ao Congresso Nacional determinar a denúncia de tratados internacionais com tais países; para condicionar à autorização do Congresso Nacional a denúncia de quaisquer outros atos internacionais, em procedimento idêntico ao da aprovação." OU P.ex: INDEXAÇÃO - "ALTERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMPETENCIA, CONGRESSO NACIONAL, ATO INTERNACIONAL, TRATADO, DENUNCIA, PAIS ESTRANGEIRO, VIOLAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA." OU P.ex: NORMA - "Art. 1º O art. 5º e o art. 49, I, da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 5º (...) § 5º A República Federativa do Brasil não celebrará acordos com países que violem sistematicamente os direitos humanos e os princípios da democracia representativa. § 6º Ao Congresso Nacional, por decisão de cada uma de suas Casas, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, é facultado o poder de Determinar ao Poder Executivo a denúncia de tratados internacionais em vigor com países que, pela análise congressual, violem sistematicamente os direitos humanos e a democracia representativa".

Variável 23) Observações: variável aberta e opcional, não vinculativa, para que sejam anotadas considerações relevantes a respeito do projeto que não estejam preenchidos nas demais variáveis. Como considerações e peculiaridades do projeto que chamaram atenção, dúvidas apresentadas ao longo dos preenchimentos, quando o projeto está digitalizado etc. P.ex: *Projeto digitalizado; PDC; "Não contém a expressão "direito(s) humano(s)" ou mesmo as palavras separadas no plural e singular na ementa/explicação/index/apelido + inteiro teor; Preservação de idiomas indígenas etc.*